

‘Empresários, trabalhadores e autoridades’

CNI propõe frente contra juro alto e pelo crescimento

Agência CNI



“Juro não pode sufocar projetos de expansão e de modernização”

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban (foto), divulgou nota defendendo um pacto entre setores produtivos, trabalhadores e autoridades, “para manter ritmo de crescimento brasileiro”. “A indústria, motor do crescimento nacional, já se declarou disposta a ocupar seu lugar nessa mesa de negociação, mas precisa de garantias mínimas de que os juros não subam a ponto de sufocar projetos de modernização e expansão”, afirmou, ressaltando ainda que cada ponto da Selic aumenta em 50 bilhões os gastos anuais do governo. **Página 2**

HORA DO POVO

ANO XXXV - Nº 3.984 15 a 21 de Janeiro de 2025



Ricardo Stuckert - PR



“Não vamos permitir que firam nossa soberania”, afirma Lula sobre Mark Zuckerberg

“Não pode um cidadão, não pode dois cidadãos, não pode três cidadãos acharem que podem ferir a soberania de uma nação”, reagiu o presidente Lula ao anúncio da empresa norte-americana Meta, dona do Facebook e do Instagram, de que passaria a permitir em suas plataformas discursos de ódio, fake news e outras práticas consideradas pela legislação brasileira como crime. **Pág. 3**

Leci Brandão cobra apuração rigorosa de crime contra o MST em S. Paulo

Atentado deixou dois mortos e mais seis baleados no assentamento Olga Benário, do MST em Tremembé, no interior de São Paulo, na noite da sexta-feira (10). **Página 4**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Renda familiar de R\$ 3,4 mil é de pobreza e não de classe média



“Gaza vive crise humanitária muito séria e vergonhosa”, alerta papa

Genocídio dos palestinos por Israel inclui agora a morte deliberada pelo frio e fome a maioria dos hospitais estão destruídos e os bloqueios de Israel contra o envio de ajuda humanitária como cobertores, agasalhos, comida e medicamentos torna muito escassos os recursos tão necessários para a sobrevivência da população civil. “Não podemos aceitar que crianças morram de frio porque hospitais foram destruídos ou redes de energia de um país foram atingidas”, disse. **Página 6**

Um levantamento realizado pela “Tendências Consultoria”, uma empresa financeira pertencente aos conhecidos banqueiros e próceres neoliberais Mailson da Nóbrega e Gustavo Loyola, concluiu que em 2024 o Brasil voltou a ser um país majoritariamente de classe média. A conclusão é resultado da definição, adotada pelos autores, de que uma família que ganha R\$ 3,4 mil mensais passaria a fazer parte de um segmento social denominado de classe média. Como mais da metade das famílias teria atingido esta renda em 2024, eles concluíram que o Brasil passou a ser um “país de classe média”. **Página 2**

“O Brasil tem lei”, responde Moraes às bravatas do dono da Meta

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, enviou duro recado para Zuckerberg, da Meta, empresa responsável pelo Facebook, WhatsApp e Instagram, que anunciou, terça-feira (7), que a empresa vai retirar os filtros de segurança e permitir o discurso de ódio em nome da “liberdade de expressão”. **Página 3**

Bolsonaro criou ‘convite fake’ da posse de Trump para fugir do país

Bolsonaro havia informado ao Supremo que foi oficialmente convidado para a posse de Trump e solicitado seu passaporte de volta. O “convite” era falso. O sujeito não toma vergonha. Finge que tem prestígio, mas não consegue nem um convite pessoal para a posse de seu guru. Alexandre de Moraes disse que só libera saída do indiciado do país com convite oficial autêntico. **Pág. 3**

“EUA deve se chamar América Mexicana”, sugere México

Pág. 7

Brasil de classe média? Que país é esse?

“Independentemente das críticas que se possam fazer aos critérios de definição do conceito ou mesmo de sua utilização para o nosso caso, o fato concreto é que o Brasil de hoje está muito distante de ser um ‘País de classe média’”

PAULO KLIASS*

A divulgação de uma pesquisa da Consultoria Tendências a respeito da distribuição da população brasileira em faixas de renda tem merecido um debate a respeito de temas importantes, a exemplo de políticas de distribuição de renda e padrões de consumo em nosso País. A primeira iniciativa coube aos defensores obnubilados do governo Lula, que viram nas manchetes reproduzidas pela grande imprensa uma oportunidade ímpar de tirar uma casquinha nos resultados preliminares apresentados. O mote para uma leitura com tal viés tem sido a apropriação indevida do conceito de “classe média”.

A exemplo do que já havia ocorrido em outros momentos depois da vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002, tem início agora um novo debate a respeito do tema. O foco reside na interpretação das pesquisas elaboradas por órgãos públicos e por institutos privados onde se busca identificar a evolução dos perfis de renda da população brasileira. E, assim, surgem os enquadramentos nas conhecidas faixas ou classes A, B, C, D e E. Parece óbvio que tudo passa a depender dos critérios utilizados para definir os limites de cada um destes patamares.

A primeira abordagem para utilizar o conceito de “classe média” segundo tal metologia é quase tautológica. Como existiria uma “classe alta” e uma “classe baixa”, os setores que se situam nas faixas intermediárias seriam os que compõem a chamada “classe média”. Ou seja, nem os de cima, nem os de baixo – mas os do meio (sic). A falta de rigor para tal classificação é quase evidente e torna bastante complexo o recurso a tal ferramenta para fins de análise social ou mesmo de política pública.

O BRASIL E A CLASSE MÉDIA

Ao longo dos dois primeiros mandatos de Lula, o Brasil experimentou um importante processo de melhoria na distribuição de renda e na redução das desigualdades sociais e econômicas. Para tanto foram importantes um conjunto de medidas de ampliação e aprofundamento das políticas assistenciais (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada – BPC, por exemplo), bem como a política de valorização real do salário-mínimo. Esse quadro foi bastante potencializado, além disso, pelo crescimento das atividades econômicas de forma generalizada e pela redução do nível de desemprego.

Datam deste período as primeiras incursões na narrativa apelando para o conceito de “classe média”. É interessante observar que, mesmo sendo uma coalizção dirigida por uma agremiação que traz por título Partido dos Trabalhadores, o governo introduziu o elemento que privilegia a condição de classe média no debate, não se contentando com os aspectos de evolução bastante positiva das condições de vida, de melhoria nos salários e no acesso a padrões de consumo como nunca havia ocorrido anteriormente. Não, o importante era mencionar que boa parte da população agora fazia parte da “classe média”. Fosse lá o que isso significasse. Infelizmente, o que se percebeu menos de duas décadas mais tarde é que essa narrativa, na verdade, cimentava o caminho para a consolidação de um discurso de conteúdo bastante conservador, a favor do empreendedorismo, mesmo entre os muito pobres e os miseráveis. Todos queriam pertencer à classe média e não mais terem um emprego “tradicional” – com horário a cumprir, patrão e normas a obedecer.

Há vários registros de um intenso debate realizado a esse respeito, com diversos enfoques e focos de análise. O IPEA foi uma das instituições públicas em que tal discussão se realizou de forma organizada e onde um conjunto de publicações deixaram apontados aspectos relevantes de tal debate. A própria realização de eventos, seminários e debates no interior do órgão foi fundamental para a localização de alguns nós envolvendo a questão da “classe média” ou da “nova classe média”, como muitos autores reivindicaram a classificação da suposta “novidade”, à época.

Na íntegra no site: <https://horadopovo.com.br/brasil-de-classe-media-que-pais-e-esse-por-paulo-kliass/>

* Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

CNI propõe frente contra juros altos e pelo crescimento do país

Foto: Gabriel Pinheiro/CNI



Ricardo Alban, presidente da Confederação Nacional da Indústria

Foto: Agência Brasil



Renda familiar de R\$ 3,4 mil é de pobreza e não de classe média

Consultoria de Mailson e Loyola rebaixam critério de renda para incluir mais pobres na chamada classe média. Parece um ‘cala-boca’ para fingir que está tudo bem

Um levantamento realizado pela “Tendências Consultoria”, uma empresa financeira pertencente aos conhecidos banqueiros e próceres neoliberais Mailson da Nóbrega e Gustavo Loyola, concluiu que em 2024 o Brasil voltou a ser um país majoritariamente de classe média.

A conclusão é resultado da definição, adotada pelos autores, de que uma família que ganha R\$ 3,4 mil mensais passaria a fazer parte de um segmento social denominado de classe média. Como mais da metade das famílias teria atingido esta renda em 2024, eles concluíram que o Brasil passou a ser um “país de classe média”.

No entanto, a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para famílias consideradas de classe média no Brasil é outra, diferente da adotada pela “Tendências Consultoria”. O Instituto oficial considera classe média no Brasil aquelas com renda domiciliar per capita superior a R\$ 1.926. Numa família típica de quatro pessoas, isso representaria, portanto, uma renda de R\$ 7,7 mil mensais.

O estudo da “Tendências Consultoria”, no entanto, reduz à metade a renda considerada limite para a “entrada” de uma família na classe média. Uma renda de R\$ 3,4 mil para uma família típica de quatro pessoas significa que cada pessoa desta família recebe R\$ 850. Chamar uma família com

esses ganhos de nova “classe média”, além de estar em desacordo com a definição do IBGE, representa uma afronta ao censo comum. Isto chama-se pobreza.

É verdade que houve um aumento do número de famílias com renda superior a R\$ 3,4 mil. Elas passaram de 49,6% da população em 2023 para 50,1% em 2024. Cresceu sim. Mas não é possível que se fale sério ao considerar esta renda como sendo “renda de classe média”.

A melhora das condições sociais e econômicas de uma sociedade – que alguns chamam de entrada na classe média – deve ser obtida com a melhoria real da vida das pessoas e de sua renda e não com o rebaixamento dos critérios de classificação para se entrar no “paraíso” da classe média.

Um outro levantamento recente feito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sobre a população em situação de rua no Brasil no último ano mostrou que, ao contrário do que concluiu o estudo da “Tendências Consultoria”, a realidade não está nada favorável para as famílias brasileiras.

Houve um aumento de 25% de moradores de rua no país em 2024. Foram 327.925 pessoas a mais morando nas ruas do país no final de dezembro último. O estudo da UFMG revela que um número maior de famílias não está conseguindo pagar nem o aluguel. Muitos “estudos” feitos

nesta era neoliberal são, como este, falseadores da realidade. Fazem isso para confundir a população.

Eles reduzem os objetivos a serem alcançados pelo país e assim superam com facilidade as “metas” definidas por eles. O objetivo deste estudo da “Tendências Consultoria” parece ir nesta direção. Rebaixa-se o nível de renda exigido e, assim, cresce artificialmente a classe média. É simplesmente uma falsificação da realidade e nada mais.

Artimanhas como esta são criadas para embaralhar tudo e impedir que o país se mobilize e almeje mudar a dramática situação social vivida no Brasil. Os neoliberais trabalham para que o país não cresça. É a famosa “estabilidade econômica”. Deixar tudo como está, pois qualquer melhora real na vida das pessoas é uma ameaça aos ganhos dos rentistas e agiotas – que eles chamam contas públicas.

Eles acham que o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil crescer 3% é o máximo. Que mais do que isso pode gerar inflação, juros altos, etc. Ameaçam e chantagem o país. Só se pode gastar o que se arrecada. Os salários e os investimentos têm que ser contidos. Então, para esses crápulas, uma renda familiar de R\$ 3,4 mil está bom demais. E para reforçar toda essa desgraça que estudos como este do Loyola e Mailson são feitos e divulgados.

Galípolo acena com mais juros em carta ao Ministério

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, explicou, nesta quinta-feira (10), em “carta aberta” dirigida ao ministro da Fazenda – como é obrigado a fazer quando a inflação fica fora da meta – que isso ocorreu por causa de alguns problemas. O primeiro, porque o dólar está hipervalorizado, o segundo, porque o país está retomando o crescimento, exportando muito e o mercado de trabalho está aquecido. Por fim, os eventos climáticos teriam encarecido os alimentos.

O “mercado”, então, aproveitando-se da carta do presidente do BC, aciona a sua mídia e seus “analistas” para exigir juros mais altos e intensificação nos cortes nos investimentos públicos e nos direitos sociais. Cortes

estes já incluídos no pacote anunciado pelo governo no final do ano passado. Na “carta”, Galípolo acena tanto

com a manutenção de um dos juros reais mais altos do mundo como em elevá-los ainda mais, com concordância com o “mercado”, que prega a “necessidade” de mais cortes no orçamento.

Esta “exigência” dos operadores do mercado financeiro é baseada em três grandes mentiras. Vejamos quais são:

A primeira é que há uma crise fiscal gravíssima no país. Não é verdade. A dívida pública bruta do Brasil está estável em cerca de 80% do PIB (Produto Interno Bruto), diferente de países como EUA e Japão, por exemplo, que estão com níveis muito maiores de seu endividamento e nem por isso estão apresentando descontrolado inflacionário.

O que há no Brasil é uma taxa de juros inaceitavelmente alta. Cerca de 90% do crescimento da dívida pública brasileira é causado pelas taxas de juros do Banco Central. Só nos últimos 12 meses, até novembro, foram transferidos R\$ 918 bilhões do Tesouro Nacional para o pagamento deste quesito aos rentistas. Isto é mais do que os gastos com Saúde, Educação e Assistência Social juntos. Ou seja, o país está sendo saqueado para alimentar a ciranda financeira.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/agiotas-usam-oscilacao-normal-da-inflacao-para-exigir-juros-mais-altos-e-cortes-sociais/>

“A indústria, motor do crescimento nacional, já se declarou disposta a ocupar seu lugar nessa mesa de negociação, mas precisa de garantias mínimas de que os juros não subam a ponto de sufocar projetos de modernização e expansão”, afirma Ricardo Alban, presidente da entidade

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, divulgou nota defendendo um pacto entre setores produtivos, trabalhadores e autoridades, “para manter ritmo de crescimento brasileiro”.

Ao destacar o crescimento na economia brasileira no último triênio em 3% – após “um hiato de baixo crescimento médio (0,5% ao ano entre 2012 e 2021)”, Alban enfatizou o papel da indústria de transformação no último ano e alerta que “a elevação dos juros e a volatilidade cambial podem desencadear consequências adversas para investimentos produtivos e afetar a competitividade da indústria nacional – justamente o segmento que melhor irrigava o conjunto das atividades econômicas”.

“Final, a manutenção de juros altos não só encarece o serviço da dívida – cada ponto percentual de acréscimo na Selic adiciona algo em torno de R\$ 50 bilhões por ano aos gastos do governo – mas também arrefece os ânimos de quem pretende investir e gerar emprego no país”, ressalta Alban.

“Esse pacto adquire centralidade quando se considera o passado recente do Brasil: o país passou longos anos com crescimento praticamente estagnado, mas apresentou, nos últimos tempos, sinais de que poderia acelerar e ingressar em um ciclo de prosperidade mais consistente”, defende o presidente da CNI.

“A indústria de transformação, amparada pela Nova Indústria Brasil, demonstrou capacidade de

expandir empregos de qualidade, atrair capitais para infraestrutura e aumentar a arrecadação tributária, [...] Contudo, o risco de que a política monetária restritiva e a alta do dólar sufoquem o ímpeto industrial e agrário em 2025 é real”, alerta o dirigente industrial.

“Sem um direcionamento claro que una os setores público e privado, o país corre o risco de perder os ganhos recentes e mergulhar novamente em um cenário de instabilidade e baixo crescimento”, acrescentou.

“É nesse contexto que surge a proposta de um ‘pacto nacional’ que envolva todos os Poderes, os empresários e os trabalhadores”, defendeu.

“Em essência, trata-se de criar um consenso em torno de metas fiscais e de políticas econômicas estruturantes, garantindo que, enquanto se busca o equilíbrio das contas públicas, haja também estímulos seletivos que assegurem a continuidade dos investimentos”, sustentou.

“A indústria, motor do crescimento nacional, já se declarou disposta a ocupar seu lugar nessa mesa de negociação, mas precisa de garantias mínimas de que os juros não subam a ponto de sufocar projetos de modernização e expansão”, concluiu.

Leia a íntegra da proposta da CNI contra juros altos e pelo desenvolvimento – “O pacto necessário para o crescimento do Brasil” – no site do HP: <https://horadopovo.com.br/cni-propoe-frente-contra-juros-altos-e-pelo-crescimento-do-pais/>

Por déficit zero, Haddad recomenda governo a vetar pontos do projeto de renegociação das dívidas dos Estados

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarou à imprensa, na quinta-feira (9), que recomendou ao presidente Lula o veto a pontos do projeto de renegociação da dívida dos Estados aprovado pelo Congresso. Haddad destacou que os vetos sugeridos incluem todos aqueles que impeçam o cumprimento da meta fiscal. Os débitos dos estados chegam a R\$ 765 bilhões.

A proposta tem previsão de juros menores e parcelamento do saldo em até 30 anos. Ela autoriza desconto nos juros, dá prazo de 30 anos para pagamento (360 parcelas), abre a possibilidade de os estados transferirem ativos para a União como parte do pagamento e cria exigências de investimento em educação, formação profissional, saneamento, habitação, enfrentamento das mudanças climáticas, transporte e segurança pública como contrapartida.

O ministro Fernando Haddad considera que alguns pontos do projeto atrapalham o equilíbrio fiscal. “O Senado fez um projeto próprio, não era o projeto do Ministério da Fazenda. O presidente está informado das diferenças entre o que nós tínhamos proposto e o que acabou sendo aprovado. O que nós estamos levando a consideração do presidente é que tudo que tem o impacto primário seja vetado e alguns itens que tem primário, e tem também o impacto sobre as finanças estaduais

e as finanças federais”, declarou Haddad sobre o Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados (PROPAG) que seguiu para sanção presidencial.

Disse ainda: “Eu não vou antecipar porque o presidente vai tomar a decisão no último dia de prazo. Mas se você ler a lei e souber o conceito de impacto primário – que é assim: tudo que diminui encargos da dívida para frente não tem impacto primário. Tudo que afeta estoque tem impacto primário. Então tudo aquilo que tem impacto sobre estoque, em virtude do modelo que o Congresso criou, a recomendação é de veto.”

O presidente Lula tem até o dia 13 de janeiro para sancionar a lei com os vetos que decidir fazer. O (PROPAG) aprovado pelo Senado mantém a correção pela inflação, mas permite que os estados reduzam de zero a 2% os juros adicionais. O saldo total da dívida não vai mudar. A nova taxa de juros valerá só daqui para frente.

O estoque da dívida não será alterado, mas terá 30 anos para ser amortizado. Os estados não são obrigados a aderir ao plano, mas se quiserem terão que fazê-lo em 120 dias após dia 13 agora.

As dívidas dos estados com a União atualmente são corrigidas pelos seguintes critérios: Ou pela taxa básica (Selic) de juros ou a inflação oficial mais 4% de juros ao ano aquela que for menor.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marquês Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.dfo@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



O presidente do Brasil e o dono da Meta “Não permitiremos que firmam a nossa soberania”, garante Lula sobre Mark Zuckerberg

O presidente Lula criticou na quinta-feira (9) as mudanças anunciadas pela empresa norte-americana Meta, dona do Facebook e do Instagram, no tratamento de conteúdos postados nas suas plataformas digitais. A empresa informou que será encerrado o programa de verificação de fatos. O Supremo Tribunal Federal do Brasil já afirmou que para funcionar no Brasil, as big techs eram que obedecer as leis do país.

Questionado por jornalistas sobre essas mudanças anunciadas pela Meta, o presidente Lula disse que os países devem ter suas soberanias “resguardadas”. “Nós queremos, na verdade, é que cada país tenha a sua soberania resguardada. Não pode um cidadão, não pode dois cidadãos, não pode três cidadãos acharem que podem ferir a soberania de uma nação”, afirmou o chefe do Executivo.

O presidente informou também que pretende fazer, ainda na quinta-feira (9), uma reunião para discutir a mudança de postura da Meta. “Eu acho que é extremamente grave as pessoas quererem que a comunicação digital não tenha a mesma responsabilidade de um cara que comete um crime na imprensa escrita”, completou Lula.

A medida que favorece os grupos fascistas foi anunciada pelo bilionário Mark Zuckerberg, executivo da Meta Logo, após se reunir com o presidente eleito dos EUA, Donald Trump. Ele fez o anúncio na última terça-feira (7) afirmando, através de um vídeo, que vai promover as mudanças nas plataformas de sua empresa. Trump comemorou a decisão.

As plataformas têm sido usada pelo crime organizado e por grupos fascistas espalhados pelo mundo para disseminar mentiras, insuflar a violência e o ódio desestabilizar governos democráticos.

O objetivo de Zuckerberg, ao anunciar as mudanças é mostrar sua adesão aos métodos usados por Donald Trump. Trump já vem disseminando fake news em suas plataformas há bastante tempo para propagar suas ideias de extrema direita.

Zuckerberg anunciou que vai substituir a checagem pelas chamadas “notas de comunidade”, em que os próprios usuários fazem correções — um recurso similar ao implementado pelo X, de Elon Musk, outro bilionário desta área, hoje integrante do governo Trump.

O dono da Meta afirmou, ainda, sem apresentar provas, que “tribunais secretos” da América Latina “ordenam remoção silenciosa de conteúdos” em redes sociais. A fala foi interpretada por integrantes do governo Lula como uma indireta ao Supremo, que recentemente travou embates judiciais com o proprietário do X, Elon Musk. As autoridades brasileiras pediram explicações ao dono e aos executivos da empresa. O prazo para as respostas é de 30 dias.

As principais mudanças anunciadas pela Meta são:

1- A Meta deixa de ter os parceiros de verificação de fatos (“fact checking”, em inglês) que auxiliam na moderação de postagens, além da equipe interna dedicada a essa função;

2- Em vez de pegar qualquer violação à política do Instagram e do Facebook, os filtros de verificação passarão a focar em combater violações legais e de alta gravidade.

3- Para casos de menor gravidade, as plataformas dependerão de denúncias feitas por usuários, antes de qualquer ação ser tomada pela empresa;

4- Em casos de conteúdos considerados como de “menor gravidade”, os próprios usuários poderão adicionar correções aos posts, como complemento ao conteúdo, de forma semelhante às “notas da comunidade” do X;

“O Brasil tem lei”, responde Moraes às bravatas da Meta



Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, advertiu Big Techs Mais uma fraude: Jair Bolsonaro criou ‘convite fake’ da posse de Trump para poder sair do país

Jair Bolsonaro havia informado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que tinha sido convidado para a posse de Donald Trump na presidência dos EUA no próximo dia 20 de janeiro.

Usou essa informação para pedir autorização para viajar àquele país, já que ele está impedido de deixar o Brasil porque responde pelos crimes de tentativa de golpe e intenção de assassinar o presidente eleito, seu vice e o próprio Alexandre de Moraes.

O ministro, então, solicitou que o indiciado apresentasse o convite oficial da posse para poder avaliar o pedido. Não é que Bolsonaro teve a cara de pau de apresentar um convite falso? Ele mandou um

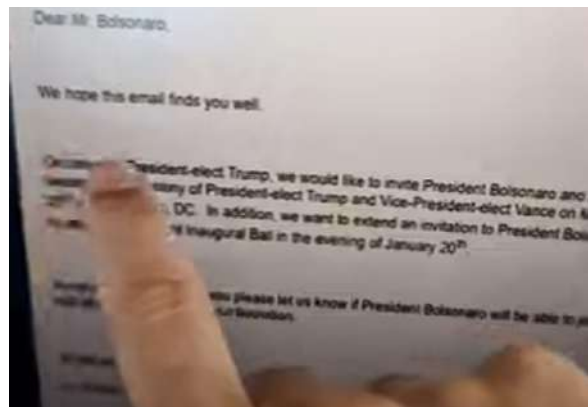
e-mail convidando-o, mas um documento que qualquer um consegue obter para participar do ato de posse (foto).

INTERNAUTAS-DESCAROU: QUALQUER UM PODE RECEBER ESSE E-MAIL

O sujeito não toma vergonha. Finge que tem prestígio, mas não consegue nem um convite pessoal para a posse

de seu guru.

Não foi a primeira vez que ele falsificou documentos. Já tinha feito isso com cartão de vacina para poder entrar nos EUA. Agora ele usou um convite que não é dirigido a ele pessoalmente, mas um papel que qualquer pessoa do mundo consegue no site da Casa Branca. (assista o vídeo).



General, chefe do GSI, diz que Forças Armadas não compactuaram com golpistas do 8 de janeiro

O ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Marcos Antônio Amaro, afirmou que os atos golpistas de 8 de janeiro jamais poderão ser classificados como liberdade de expressão. Para o general, o que aconteceu em 8 de janeiro não foi uma ação promovida pelas Forças Armadas, que, segundo ele, não compactuaram com o golpe.

As declarações foram dadas em entrevista na terça-feira (7) à CNN. Ele também reforçou que as redes sociais desempenharam um papel crucial na escalada dos eventos. “O mau uso e desinformação em mídias sociais contribuem para a má compreensão da realidade nacional e amplificam a polarização da sociedade”, afirmou o encarregado da direção do GSI.

Sobre o futuro e a memória dos eventos, o general acredita que o Brasil sempre lembrará do 8 de janeiro, mas ele alertou para a possibilidade de tentativas de reinterpretação histórica. “A realidade é uma só. As visões da realidade diferem de pessoas, de grupos, de polos. É preciso, sempre, buscar a verdade”, afirmou, defendendo que o país não deve cair na tentação de revisitar os eventos com uma visão distorcida.

O general argumentou que o que aconteceu no 8 de janeiro jamais pode ser entendido como liberdade de expressão. O argumento é utilizado por vários envolvidos na invasão e destruição das sedes dos

Três Poderes como uma tentativa de se livrar de condenações e reduzir penas. “Os atos não podem, de forma alguma, ser classificados como ‘liberdade de expressão’”, disse o ministro.

O militar falou sobre as expectativas para o futuro e a memória dos eventos. “Minha expectativa é positiva. É preciso condenar o 8 de janeiro, qualquer que tenha sido a sua motivação. É importante que se enxergue que aqueles atos não constituíram atitudes democráticas e não serão jamais aceitáveis coisas semelhantes”, prosseguiu o general.

Para ele, a lembrança correta deve ser a de que os atos de 8 de janeiro não foram, de maneira alguma, atitudes democráticas.

Justiça Militar transfere para o STF caso de coronéis suspeitos de envolvimento golpista

A 11ª CJM (Circunscrição Judiciária Militar) enviou ao STF (Supremo Tribunal Federal) a investigação contra 4 coronéis do Exército brasileiro suspeitos de elaborar carta que pressionava o Comando-Geral para desfechar golpe de Estado no Brasil após a derrota do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em 2022.

A decisão é de Alexandre Augusto Quintas, juiz federal substituto da Justiça Militar da União.

“Diante de todo o exposto, não há que se falar em crime de competência da Justiça Militar da União. Dessa forma, DECLARO A INCOMPETÊNCIA deste Juízo em relação aos

fatos investigados, com fundamento no art. 147 do CPPM, declinando a competência em favor do Supremo Tribunal Federal”, escreveu o magistrado na decisão.

Dessa forma, não cabe mais à Justiça Militar julgar os crimes militares, mas, sim, à Suprema Corte, que analisará o caso. Os autos foram recebidos pela Primeira Turma do STF.

INVESTIGAÇÃO Em novembro, o Exército brasileiro concluiu a investigação interna sobre o caso e indicou 3 oficiais. Foram indiciados 3 militares: o coronel Anderson Lima de Moura, da ativa, e os coronéis Carlos Giovanni Delevati Pasini e José Otávio Machado Rezo,

CEO da Meta, grupo do Facebook, WhatsApp e Instagram, anunciou que plataformas vão retirar filtros de segurança e permitir discurso fascista em nome da “liberdade de expressão”

As bravatas do CEO da Meta, Mark Zuckerberg, seguem repercutindo. O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), enviou duro recado para Zuckerberg, da Meta, empresa responsável pelo Facebook, WhatsApp e Instagram, que anunciou, terça-feira (7), que a empresa vai retirar os filtros de segurança e permitir o discurso de ódio em nome da “liberdade de expressão”. As novas regras entrarão em vigor nos Estados Unidos.

Além disso, Mark Zuckerberg acusou a Europa e, de maneira indireta, o Brasil de “promover censura” e também declarou que a América Latina possui “cortes secretas”, numa espécie de delírio trumpista, que promove a derrubada de conteúdos.

O CEO da Meta claramente se refere ao caso em que o STF derrubou a rede social X, por não respeitar a legislação brasileira.

BRASIL TEM LEI

Dessa maneira, Alexandre de Moraes, sem citar nominalmente Mark Zuckerberg, afirmou que o Brasil tem lei e que as empresas que quiserem operar no País terão de seguir a Constituição. O magistrado também classificou a declaração de Zuckerberg como “bravata irresponsável”.

A declaração foi feita durante conversa com a imprensa, na quarta-feira (8), em Brasília.

“Aqui no Brasil, a nossa Justiça Eleitoral e o nosso STF, ambos já demonstraram que aqui é uma terra que tem lei. As redes sociais não são terra sem lei. No Brasil, [as redes sociais] só continuarão a operar se respeitarem a legislação brasileira. Independentemente de bravatas de dirigentes irresponsáveis das big techs”, disse Moraes.

INSTRUMENTOS

Sobre as mudanças da Meta, Moraes afirmou que não pode falar pelos outros países, apenas pelo Brasil. “Pelo mundo não podemos falar, mas, no Brasil, o Supremo Tribunal Federal não vai permitir que as big techs, as redes sociais, continuem sendo instrumentalizadas dolosa ou culposamente ou, ainda, somente visando lucro, para discursos de ódio, nazismo, fascismos, racismo, misoginia, homofobia e discursos antidemocráticos”, destacou o ministro do STF.

Após acabar com checagem, Meta permite que gays e trans sejam rotulados como “doentes mentais”, esclareceu. E mais absurdo, as Diretrizes da Comunidade da Meta que regulam os conteúdos nas plataformas Instagram, Facebook e Threads, foram atualizadas e agora permitem posts que associam “doenças mentais” a pessoas LGBTQIAPN+.

As alterações nas Diretrizes da Comunidade se aplicam a todos os países onde as redes sociais da Meta estão disponíveis. A nova versão substituiu as regras de fevereiro do ano passado, com foco especial em questões de gênero.

CHECAGEM

Na terça-feira (7), Mark Zuckerberg, dono da Meta, empresa que controla as redes Facebook, WhatsApp e Instagram, anunciou que vai acabar com os sistemas de checagem de fatos da plataforma. O anúncio foi feito por meio de vídeo publicado pelo diretor-executivo.

Segundo Zuckerberg, o sistema de checagem, que tinha como objetivo impedir a circulação de notícias falsas na plataforma, será substituído pelas “notas da comunidade”, ferramenta similar à utilizada pelo X, rede social do bilionário de extrema-direita Elon Musk.

O recurso permite que a moderação de conteúdo seja feita pelos próprios usuários, e não mais por profissionais de checagem de fatos.

LEIS DE COMBATE

No vídeo em que anunciou as mudanças, Zuckerberg afirmou que pretendia “eliminar várias restrições em tópicos como imigração e gênero”.

O STF reconheceu, em 2023, que ofensas contra LGBTQIAPN+ configuram injúria racial. Em decisão anterior, de 2019, a Corte enquadrava a homotransfobia nos dispositivos da Lei do Racismo.

A nova versão das diretrizes afirma que a Meta permitirá

“acusações de anormalidade mental relacionadas a gênero ou orientação sexual, especialmente quando discutidas no contexto de debates religiosos ou políticos, como questões de ‘transgênerismo’ e homossexualidade”.

Segundo a companhia, “esses debates são considerados amplamente culturais e políticos”. Na prática, isso permitirá a associação de pessoas trans, gays e bissexuais a transtornos mentais.

LIMITAÇÕES

A Meta também permite publicações que associam limitações de gênero a determinadas profissões. Segundo o texto, a empresa autoriza “conteúdo que defenda limitações de gênero em empregos militares, policiais e de ensino”. Além disso, será permitido alegar limitações com base na orientação sexual, desde que o conteúdo esteja “baseado em crenças religiosas”.

Isso inclui, por exemplo, argumentos de que mulheres “não têm capacidade” para atuar no serviço militar ou que pessoas trans “não podem ser professoras”.

A nova diretriz também amplia o escopo de discussões sobre exclusão baseada em sexo ou gênero, que agora podem envolver temas como banheiros, escolas específicas, papéis militares, aplicação da lei e ensino, deixando de ser restritas a grupos de saúde ou apoio.

PRECONCEITUOSO

A Meta retirou da nova política a proibição de conteúdos que alegavam que determinados grupos, definidos por raça, etnia ou gênero, eram responsáveis por espalhar o coronavírus. Na prática, será permitido associar, por exemplo, os chineses à disseminação da covid-19.

Andréa Janer, CEO da Oxygen, avalia que a mudança na postura da Meta sobre restrição de conteúdos reflete alinhamento com o novo governo dos Estados Unidos. Ela destaca que tanto Donald Trump quanto o aliado Elon Musk são críticos do que chamam de “agenda woke”, termo adotado pela extrema-direita para se referir a pautas de igualdade racial, social e de gênero.

“Os anúncios de hoje indicam que Mark Zuckerberg passou a estar assustadamente alinhado com o X, de Elon Musk. Isso tudo tem uma agenda política por trás, com uma influência fortíssima da eleição de Donald Trump, que tem se aproximado com o universo da tecnologia desde que indicou o vice, JD Vance.”

META CAOS

Segundo a Meta, a empresa vai preencher o Instagram e o Facebook com perfis de robôs feitos com IA (inteligência artificial), na esperança de que o engajamento com esses perfis artificiais aumente, impulsionando a principal métrica da companhia: o engajamento.

A declaração foi publicada pelo jornal Financial Times, com base em informações de Connor Hayes, vice-presidente de IA generativa da Meta.

“Esperamos que essas IA façam parte de nossas plataformas ao longo do tempo, assim como as contas regulares”, disse Hayes. “Elas terão biografias e fotos de perfil, e serão capazes de gerar e compartilhar conteúdo gerado por IA... É nesse sentido que vemos a evolução”, concluiu.

MPF REAGE

O MPF (Ministério Público Federal) decidiu oficiar a Meta, após o anúncio feito, nesta terça-feira, (7) pelo dono da big tech, Mark Zuckerberg, que informou que vai acabar com o sistema de checagem de informações nas plataformas que controla.

No ofício, que será enviado à Meta no âmbito de inquérito civil, que tramita desde 2021, e que apura a responsabilidade das big techs nos conteúdos postados por usuários, o MPF questionará se a empresa também colocará fim ao sistema de checagem de fatos em suas redes sociais no Brasil e quais serão os impactos dessas medidas.

A medida do MPF é tomada em meio à sinalização de Mark Zuckerberg de que desrespeitará a Justiça brasileira, tal como faz Elon Musk, dono do X. No anúncio, o dono da Meta, apesar de não ter citado o Brasil, disse que “os países da América Latina têm tribunais secretos que podem ordenar que as empresas derrubem coisas silenciosamente”.

Embraer entrega mais 206 novas aeronaves em 2024

A Embraer entregou 206 aviões em 2024, ou 14% acima das 181 aeronaves entregues em 2023, segundo comunicado da companhia, na terça-feira (7).

No último trimestre do ano passado foram 75 aviões, mesma quantidade de entregas dos últimos três meses de 2023. Esse volume foi de 59 aeronaves, ou 27%, acima do total alcançado entre julho e setembro do mesmo ano de 2024.

No segmento de aviação comercial, foram entregues 31 aeronaves entre outubro e dezembro, levando o volume total do ano para 73 unidades, o teto das projeções divulgadas pela Embraer para 2024.

Do total de entregas do quarto trimestre do ano passado 44 unidades foram de jatos executivos e foram 130 no ano, no ponto médio das estimativas originais da companhia. Defesa & Segurança também superou o resultado do ano anterior com a entrega de 3 novos C-390 Millennium em 2024 versus 2 em 2023.

Leci Brandão cobra investigação da morte de integrantes do MST

Assentamento Olga Benário, no interior de São Paulo, sofreu um atentado criminoso durante o final de semana. Justiça determinou a prisão de dois suspeitos do crime

O assentamento Olga Benário, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em Tremembé, no interior de São Paulo, sofreu um violento atentado na noite de sexta-feira (10) que, até o momento, deixou dois mortos e mais seis baleados, entre eles, idosos e crianças.

O ataque, provavelmente por disputa de terras com o crime organizado, conforme informações da polícia, ocorreu por volta das 23h25. Segundo relato dos sobreviventes, 10 homens em carros, motos e caminhonetes, portando armas de fogo, invadiram o local, na estrada do Canegal, atirando nos trabalhadores rurais assentados. Os homens que morreram foram identificados como Valdir do Nascimento (Valdirzão) e o jovem Gleison Barbosa de Carvalho, conhecido como Jovem Gue Gue.

De acordo com o MST, os trabalhadores baleados, alguns em estado grave, continuam hospitalizados, e serão submetidos a cirurgia.

Segundo trecho do boletim de ocorrência, foi noticiado por policiais militares “que teria ocorrido um ataque a tiros (...) no assentamento Olga Benário, na cidade de Tremembé, possivelmente envolvendo disputa por terras, dando conta de diversos feridos, além de vítimas que evoluíram a óbito. Segundo informações, as vítimas teriam sido socorridas para o Hospital Regional de Taubaté e Pronto Socorro de Tremembé”.

Outro trecho do boletim, divulgado pelo MST, afirma que “a partir das informações, esta Autoridade Policial, de pronto, requisitou perícia para o local, além de diligenciar até o Hospital Regional de Taubaté, Pronto Socorro de Tremembé, e local dos fatos, obtendo a informação de tratar-se, até o presente momento, de 8 (oito) vítimas baleadas, sendo que destas, 2 (duas) já teriam evoluído para óbito”.

Conforme relato do policial militar Cabo Tavares, o cenário parecia uma invasão: “vários facões jogados e cápsulas de vários calibres espalhados no local”.

Segundo o advogado que representa os agricultores assentados, Dr. Pedro Camilo, os assaltantes queriam ocupar um lote onde fica um poço, que já é demarcado pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) há 20 anos. “Quando eles chegaram, não queriam conversar com ninguém e já chegaram atirando”, explicou Pedro Camilo.

“Neste momento de profunda dor, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se indigna perante a violência e a falta de políticas públicas de segurança nos territórios, que põem a vida de tantos em constante risco. Aos nossos mortos, nenhum minuto de silêncio, mas uma vida inteira de luta”, diz nota divulgada pelo movimento.

PARLAMENTARES

“Foi com imensa tristeza e revolta que recebemos a notícia sobre o ataque criminoso e assassino contra o assentamento Olga Benário. Famílias inteiras, crianças, idosos, pais e mães de

família foram feridos e expostos ao risco de morte. E imperativo que se investigue a fundo e que os culpados sejam severamente punidos pela Lei. Não adianta somente expressar solidariedade, é preciso que se faça JUSTIÇA e que, sobretudo, a justiça social seja o foco da atuação do Estado”, se manifestou a deputada estadual Leci Brandão (PCdoB-SP).

A deputada também se colocou à disposição do movimento para “exigir justiça, segurança e paz”. “Aos assentados e suas famílias, recebam o nosso abraço fraterno e que Deus conforte o coração de vocês. Contem conosco para exigir justiça, segurança e paz a vocês”, disse.

Além de Leci Brandão, a bancada de deputadas e deputados estaduais da Federação PT/PCdoB/PV, também divulgou uma nota, se solidarizando com as famílias do assentamento Olga Benário, afirmando que “o ataque aos assentados exige uma investigação imediata, com identificação e punição dos envolvidos”.

“A violência da ação resultou na morte de duas pessoas e deixou seis feridos. Segundo informações no local, lideranças continuam hospitalizadas, onde serão submetidas a cirurgia, em estado de saúde grave. O ataque aos assentados exige uma investigação imediata, com identificação e punição dos envolvidos. É inaceitável que famílias não tenham o direito de viver em paz”, afirma a nota.

“Reiteramos nosso repúdio a esta atrocidade e nossos sentimentos às famílias enlutadas”, finaliza a nota, assinada pelo deputado Paulo Fiorilo, líder da Federação PT/PCdoB/PV na Assembleia Legislativa de São Paulo.

PRISÃO

Neste sábado (11), um dia depois do crime, o homem acusado de ter chefiado o ataque foi preso. O delegado seccional de Taubaté, Marcos Ricardo Parra, afirmou que o homem de 41 anos confessou a participação dele no atentado. “Não só confessou, como ele está indicando onde podem ser encontradas as demais pessoas [que participaram do ataque]”, disse em coletiva de imprensa.

Além de confessar o crime, o homem foi identificado por vítimas que estão hospitalizadas e por testemunhas que presenciaram o ataque. “A gente trabalha na condição de certeza da participação dele”, afirmou o delegado Marcos Ricardo Parra.

Ainda não se sabe, no entanto, a motivação do criminoso. Indícios apontam que pode haver uma relação com a disputa por um lote do assentamento. “Foi um problema interno de pessoas do próprio assentamento, entre elas [mesmas], ou seja, sem nenhuma conotação com invasão ou proteção de terra. Foi uma cobrança de posição em relação à permissão de negociar o terreno ou não. A gente não conseguiu, até agora, entender se ele era o adquirente ou se ele era o intermediário. Seja como for, ele estava lá para modificar o pensamento das demais”, disse Parra.

Justiça nega liberdade a PM que matou com 11 tiros jovem que roubou sabão em São Paulo

A Justiça de São Paulo negou um pedido de liberdade ao policial militar Vinicius de Lima Brito, que matou a tiros o jovem Gabriel Renan da Silva Soares, de 26 anos, na porta de um mercado no Jardim Prudência, na Zona Sul da Capital, em novembro passado. A defesa alega que o agente agiu em legítima defesa, mas esse tese não foi aceita, já que ele atirou 11 vezes pelas costas do rapaz.

A defesa do PM entrou com o pedido de habeas corpus alegando que ele preenche os requisitos para a concessão da liberdade provisória e tem bons antecedentes. Além disso, os advogados alegam que o caso deveria ter sido tratado como homicídio culposo, quando não há intenção de matar, e não como motivo fútil, já que o policial foi ameaçado por Gabriel, que deu a entender que estava armado.

O pedido de habeas corpus foi analisado pelo desembargador Alberto Anderson Filho, da 5ª Vara do Júri da Capital. Ele manteve o entendimento do juiz de 1ª instância, que determinou a prisão preventiva do PM por motivo fútil, mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

“A decisão que decretou a prisão preventiva do Paciente por ocasião do recebimento da denúncia está adequadamente fundamentada, baseada na gravidade concreta do delito, não se vislumbrando, por ora, constrangimento ilegal a ensejar a soltura do Paciente”, escreveu o desembargador na decisão.

A Justiça também marcou a primeira audiência de instrução do caso para o dia 29 de janeiro. Na ocasião, Vinicius deverá ser ouvido, assim como outras testemunhas, como um atendente do mercado.



Leci Brandão se colocou à disposição do movimento para exigir justiça



Velório de integrantes do MST contou com ministros do governo Lula

Operação Escudo: 60% das mortes provocadas por PMs no litoral de SP não foram investigadas

Após um ano e cinco meses do início da Operação Escudo da Polícia Militar de São Paulo, na Baixada Santista, as investigações de 17 das 28 mortes provocadas por policiais militares foram arquivadas sem indiciamentos ou sequer denúncias, a pedido de promotores do Ministério Público de São Paulo (MPSP). A Defensoria Pública estadual, por sua vez, tenta reverter a situação de pelo menos oito deles.

De acordo com informações do Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni-UFF), que conduz uma pesquisa sobre as operações da PM paulista em colaboração com o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da Defensoria do Estado de São Paulo. A Operação ocorreu entre o fim de julho e o início de setembro de 2023 nas cidades de Gua-

rujá e de Santos.

As informações divulgadas pela Folha de São Paulo mostram que entre os arquivamentos estão casos emblemáticos da operação como a do ajudante de pedreiro Layrton Fernandes da Cruz Vieira de Oliveira, de 22 anos, que foi encontrado morto na cama, além de ter seus familiares ameaçados por PMs. O caso do assassinato do encanador Williams dos Santos Santana, 36 anos, e do vendedor ambulante Felipe Vieira Nunes, 30 anos, também estão entre os casos arquivados.

Uma investigação permanece aberta e de outras seis não há informações sobre os casos, pois permanecem em segredo de Justiça podendo ainda estar em andamento.

O MPSP ofereceu apenas quatro denúncias contra oito PMs que se envolveram em mortes da Operação Escudo. De acordo com a Folha, há, ainda, uma denúncia rela-

cionada à Operação Verão, que durou de janeiro a abril de 2024. Todos tornaram-se réus por suspeita de assassinato de homens desarmados, ou seja, que não ofereciam perigo, além de terem alterado as cenas das ocorrências e forjado provas.

Mesmo com as câmeras corporais, a maior parte dos casos arquivados não teve gravação feitas pelos equipamentos. Em ao menos três deles, policiais usavam equipamentos com bateria descarregada. Em duas das quatro investigações que resultaram em denúncia contra PMs, essas imagens foram essenciais para as acusações.

Além de câmeras desligadas, em alguns casos há indícios de contradições nos depoimentos de policiais e desrespeito a protocolos da PM que exigem uso progressivo da força e preservação da cena do crime.

Aos 18 anos, João Fonseca disputará o Australian Open, seu primeiro Grand Slam

Aos 18 anos, João Fonseca vai disputar o seu primeiro Grand Slam profissional na carreira. Ele conseguiu a vaga após fazer grande campanha no qualificatório, vencendo três adversários. O último deles foi o argentino Thiago Tirante, derrotado na madrugada desta quinta por 2 sets a 0 (6/4 e 6/1).

Por conta da classificação histórica de João Fonseca, o atleta terá seu primeiro duelo da carreira com um tenista do top 10. Fonseca estreia contra o russo Andrey Rublev, o 9º do mundo pelo Australian Open. O duelo foi definido em sorteio realizado nesta quinta-feira (9).

Rublev é um dos principais nomes do circuito na atualidade, mas vem de uma temporada errática em 2024. O russo de 27 anos já foi número 5 do mundo e acumula 16 títulos na carreira. Seu melhor resultado no Australian Open foi chegar às quartas de final em 2021,



João Fonseca, de 18 anos, conseguiu a vaga após fazer grande campanha no qualificatório

2023 e 2024. No último US Open, Rublev venceu o brasileiro Thiago Wild.

Caso avance no Australian Open, João Fonseca encara o vencedor do duelo entre o campeão do Australian Open 2014, o suíço Stan Wawrinka e o italiano Lorenzo Sonego.

Outros brasileiros tam-

bém conheceram seus adversários de estreia. O país terá três representantes na chave masculina, além de Bia Haddad no feminino. Confira os rivais: Bia Haddad x Julia Riera, Thiago Monteiro x Kei Nishikori, João Fonseca x Andrey Rublev e Thiago Wild x Fabian Marozsan.



Quaquá publicou foto com familiares dos milicianos Chiquinho e Domingos Brazão

Ministra Anielle repudia Washington Quaquá por defender os acusados de assassinar Marielle

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, criticou o vice-presidente nacional do PT, Washington Quaquá, por ter recebido familiares de Domingos e Chiquinho Brazão, suspeitos de mandar assassinar a vereadora Marielle Franco, e o motorista Anderson Torres.

O dirigente do PT, partido ao qual Anielle é filiada, ainda publicou imagens do encontro nas redes sociais e fez um texto em defesa dos irmãos Brazão.

“Li todo o processo e NAO HÁ SEQUER UMA prova contra eles!”, afirmou trecho publicado pelo vice-presidente do PT. Eu podia me calar e não me expor para defender alguém que já foi condenado pela mídia. Mas não posso fazer isso! Não sou um rato que se esconde no esgoto para fugir da luz. Eu tenho honra e não vou trocar a verdade por medo de prejuízos de imagem”, escreveu Quaquá.

Anielle Franco fez uma publicação sobre o caso e disse que o texto em defesa dos irmãos Brazão foi um desrespeito à memória de Marielle Franco. “Inacreditável. Darei entrada na comissão de ética do partido para tirar o nome da minha irmã da boca do dirigente que não sabe respeitá-la”, publicou a ministra.

INVESTIGAÇÕES

As investigações da Polícia Federal apontam que os irmãos encomendaram a morte de Marielle por causa de disputas territoriais na Zona Oeste do Rio. Chiquinho e Domingos estão presos preventivamente na penitenciária federal em Porto Velho.

Ainda segundo as investigações, o assassinato de Marielle estaria relacionado ao posicionamento contrário da parlamentar aos interesses do grupo político liderado pelos irmãos Brazão, que têm ligação com questões fundiárias em áreas controladas por milícias no Rio.

As informações de que os irmãos Brazão encomendaram a morte de Marielle Franco constam na delação premiada do ex-policial Ronnie Lessa, réu confesso de realizar os disparos de arma de fogo contra a então vereadora.

Governo mobiliza a Força Nacional após indígenas serem baleados no Paraná

A Força Nacional reforçou a segurança na aldeia indígena do Paraná, onde quatro pessoas foram baleadas, incluindo uma criança e um adolescente, nos últimos dias de 2024. A Polícia Federal (PF) investiga os ataques.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), os ataques, atribuídos a agricultores, persistem. “Na avaliação dos indígenas o ataque foi surpresa, mas muito bem planejado pois há vestígios e rastros dos pneus de motos em vários locais do tekoha”, informou o Cimi.

De acordo com os indígenas da comunidade Avá-Guarani, os ataques ocorreram na sexta-feira (3), cerca de 21 horas. Eles contam que homens mascarados invadiram o local disparando com pistolas e espingardas.

“Esses ataques sempre acontecem durante a noite, acontecem por pontos estratégicos onde a Força Nacional não está”, afirmou o representante indígena Okaju.

Conforme informações do Cimi, a região é alvo de uma disputa histórica entre fazendeiros e indígenas. Ações na Justiça discutem quem tem direito às terras.

Segundo a PF, que abriu uma investigação para apurar os ataques, até agora nenhum suspeito foi identificado. Esse foi o quarto ataque na última semana. No dia 31 para o dia 1º, uma casa foi incendiada.

Lideranças indígenas afirmam que já haviam alertado os órgãos de segurança sobre a tensão e insegurança na região.

“Nós nos vimos num momento em que não temos segurança nenhuma. A comunidade não tem segurança, as mulheres, as crianças. O mais preocupante é que não sabemos qual casa será a próxima”, afirmou a representante da comissão da Mulher Indígena, Vilma Vera.

O Ministério da Justiça afirmou em nota, que determinou o aumento de 50% no efetivo da Força Nacional na área e que equipes foram enviadas à região para intensificar o patrulhamento.

Os dois adultos feridos no ataque continuam internados em um hospital e o estado de saúde deles é grave. O adolescente já recebeu alta e o menino, que levou um tiro na perna, também voltou para casa. Os rastros dos pneus de motos em vários locais do tekoha”, informou.

Selic alta está ameaçando o crédito a aposentados, afirmam sindicatos

Juro definido pelo Conselho Nacional da Previdência Social passou para 1,8%/mês

O presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados (Sindnapi), Milton Cavalo, e o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil (Sinab), Avelino (Chinelo) culpam os aumentos do Copom pela elevação do teto de juros do consignado para aposentados e pensionistas.

O novo limite de juros de 1,8% ao mês para essas operações foi aprovado pelo CNPS (Conselho Nacional da Previdência Social) na quinta-feira (8).

De acordo com Milton Cavalo, “não se pode manter juros que coloquem em risco a oferta de crédito consignado no mercado”, mas, segundo ele, “se o CNPS entendeu que era necessário o aumento agora, então fez o que devia”.

Já o presidente do Sinab, Avelino Chinelo disse que aumentar a taxa não é o que o sindicato queria,

mas o acordo “foi o possível”, tendo em vista que a taxa Selic foi corrigida 3 vezes em curto espaço de tempo. “Fomos pressionados pelos banqueiros para chegar a 1,99%, mas reagimos e mantivemos 1,8%”, disse Avelino.

As altas recentes na Taxa Selic (juros básicos da economia) foram a justificativa do CNPS para o aumento. Em dezembro, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou os juros básicos de 11,25% para 12,25% ao ano.

Por causa das altas taxas de juros, os principais bancos pararam de conceder crédito consignado, sob a alegação da inviabilidade das operações com o teto atual.

O novo teto é 0,14 ponto percentual maior que o limite atual, de 1,66% ao mês, que vigorava desde abril. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado foi mantido em 2,46% ao mês.

Para atender necessidades básicas, salário mínimo deveria ser de R\$ 7.067,68, avalia Dieese

A partir dos dados de balanço de 2024 para o preço da cesta básica (Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA), divulgados pelo DIEESE na quarta-feira (8), o órgão avalia que o salário mínimo em dezembro de 2024 deveria ter sido R\$ 7.067,68 – 5,01 vezes o mínimo de R\$ 1.412,00 (em dezembro) -, para uma família se manter.

De acordo com a pesquisa, o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em média, 53,75% do rendimento para adquirir os produtos da cesta básica em dezembro.

Segundo o DIEESE, o valor da cesta básica aumentou em 16 das 17 capitais onde o órgão realiza mensalmente a PNCBA. Em 12 meses, as maiores variações foram verificadas em: João Pessoa (11,91%); Natal (11,02%); São Paulo (10,55%) e Campo Grande (10,41%). Já a menor

foi identificada em Porto Alegre (2,24%).

Conforme a pesquisa, as cestas mais caras foram verificadas em São Paulo (R\$ 841,29), Florianópolis (R\$ 809,46) e Porto Alegre (R\$ 783,72).

Em todas as capitais, seis produtos apresentaram altos nos preços, são eles: carne bovina, leite integral, arroz agulhinha, café em pó, banana e óleo de soja. Já o açúcar subiu em nove capitais, e diminuiu em sete.

O pão francês e a manteiga encareceram na maior parte das localidades pesquisadas. O valor médio do açúcar (cristal e refinado) subiu em nove capitais e diminuiu em sete.

Entre dezembro de 2023 e o mesmo mês de 2024, batata, feijão, farinha de mandioca, trigo e tomate foram os itens que, com mais frequência, apresentaram redução de preço médio nas capitais analisadas.



Resgatados de trabalho escravo em obra da BYD recebem verbas rescisórias e retornam à China

Em audiência com Ministério Público do Trabalho da Bahia, nesta terça-feira (7), a empresa chinesa BYD e as três terceirizadas contratadas para a construção da fábrica da montadora no município de Camaçari informaram que todas as pessoas encontradas em situação de trabalho precário já receberam os valores referentes à rescisão dos contratos e retornaram para a China.

A proposta de termo de ajuste de conduta (TAC) que seria apresentada no encontro ficou para a próxima semana, quando o relatório da fiscalização realizada no canteiro de obras estará finalizado. Essa foi a segunda audiência realizada entre as empresas e o órgão.

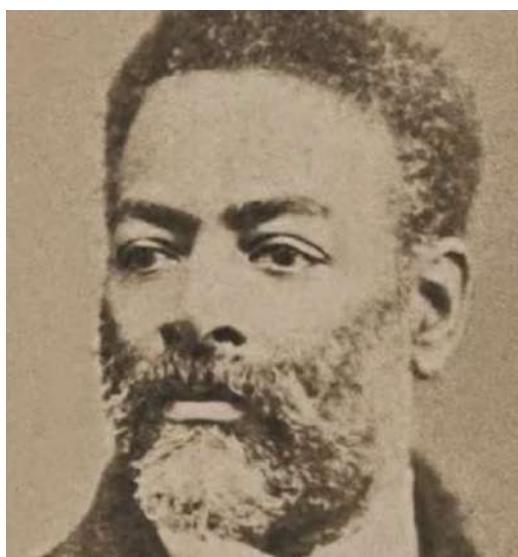
De acordo com o MPT-BA, após a operação que resgatou 163 trabalhadores de situação análoga à escravidão, os trabalhadores foram imediatamente afastados e alojados em hotéis da região até que fossem providenciadas as passagens de retorno. Tam-

bém foram interditas as cozinhas de dois alojamentos, uma serra e uma área de escavação profunda no canteiro.

A operação nas obras da empresa constatou jornadas diárias de 10 horas, com folgas irregulares, condições inadequadas de descanso, segurança e alimentação.

O relatório final da fiscalização, com todos os detalhes da operação e a lista das irregularidades identificadas, não ficou pronto a tempo de ser apresentado na audiência. O documento será encaminhado às empresas junto com uma minuta de TAC, que deverá ser analisada e discutida em nova audiência ainda a ser agendada.

Além do Ministério Público do Trabalho (MPT), a força-tarefa responsável pelas inspeções contou com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), pela Defensoria Pública da União (DPU) e pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), além do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal (PF).



Unesco reconhece documentos históricos de Luiz Gama como Patrimônio da Humanidade

A Unesco reconheceu os documentos históricos e manuscritos de autoria de Luiz Gama como Patrimônio da Humanidade.

Herói da abolição, formador da nacionalidade brasileira, poeta, advogado e jornalista, o reconhecimento a Luiz Gama é mais do que justo. Como afirma o diretor de redação da Hora do Povo, Carlos Lopes, autor de vários ensaios abordando o seu papel na história do país: “Luiz Gama foi a figura mais avançada da luta abolicionista”. “Nenhum outro homem, nenhuma outra figura histórica, condensou tanto, em grau tão elevado, a luta pela Abolição da escravatura – e, portanto, a luta pela constituição de nossa nacionalidade – quanto Luiz Gama”, afirma.

Nascido de pai branco e mãe negra, o baiano Luiz Gama foi vendido como escravo pelo próprio pai, aos 10 anos. Ao longo de uma vida de luta, resistência, e combatividade, conseguiu sua alforria aos 18 anos e frequentou como ouvinte as aulas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, e passou a atuar como advogado em prol dos escravos.

Em sua atuação como advogado conseguiu a libertação de mais de 500 negros, além de atuar em diversas frentes pelo fim da monarquia no Brasil.

A promoção pela Unesco de documentos fundamentais para a preservação da memória global acontece desde 1992. A inclusão dos manuscritos assinados por Luiz Gama para essa seleção foi divulgada pela Unesco-América Latina em dezembro.

Os textos de autoria de Luiz Gama que receberam o título de memória mundial incluem, além de cartas de emancipação de escravos, processos judiciais em que ele atuou em defesa de escravizados, e artigos de jornal.

Parte desses documentos já está digitalizada e pode ser acessada no site do Arquivo Público do Estado de São Paulo.



Sindifisco: defasagem da tabela do Imposto de Renda onera 15 milhões de pessoas que deveriam ser isentas

Cálculo do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional) aponta que a defasagem da tabela do Imposto de Renda (IR) já alcançou 154,49%.

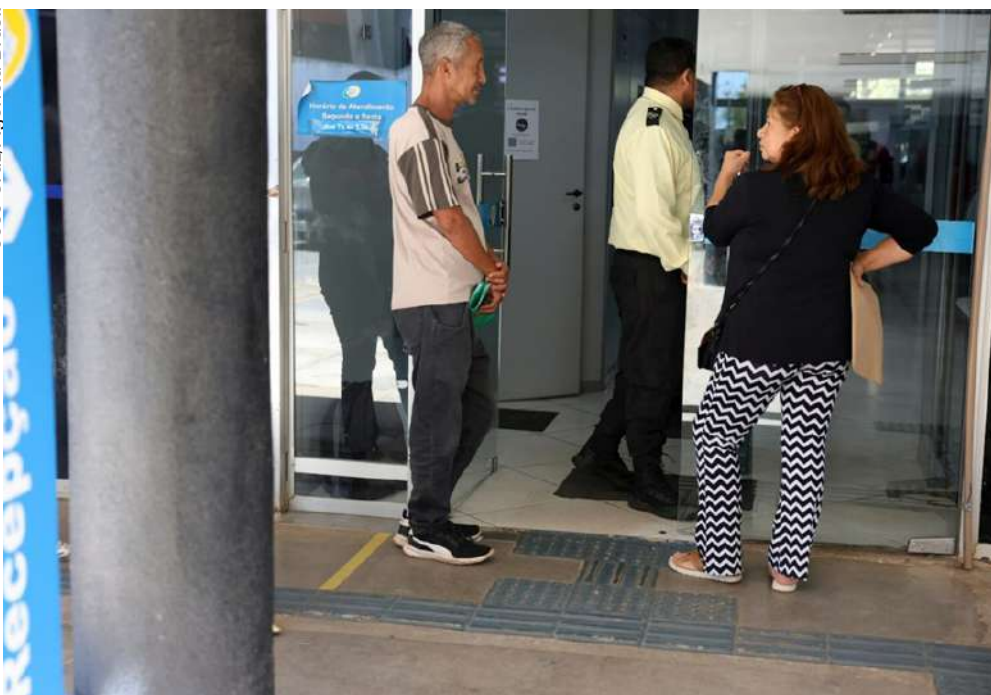
A entidade considerou a inflação do último período, anunciada no último dia 10 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2024, que chegou a 4,84% e leva em consideração os resíduos acumulados desde 1996, quando terminou o reajuste automático da tabela. Os alimentos e a gasolina foram os principais elementos a alavancar a inflação.

De acordo com o Sindifisco, se a tabela fosse corrigida em sua totalidade, somente seriam tributados os contribuintes com renda mensal superior a R\$ 5.136,81. Neste cenário, apenas pessoas que têm rendimentos mensais acima de R\$12.764,13

contribuiriam com a alíquota máxima de 27,5%.

Conforme a entidade, o reajuste integral da tabela progressiva traria, aproximadamente, 15,3 milhões de declarantes para a faixa de isenção, ou seja, mais que o dobro do atual. Atualmente, quem recebe acima de R\$ 2.824,00, pouco menos de dois salários mínimos, deve pagar o imposto de renda. Quem recebe acima de R\$ 4.664,68 pagará a alíquota máxima de 27,50%.

Uma simulação elaborada pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) aponta que a isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, promessa de campanha de Lula e apresentada pelo ministro Fernando Haddad como “balança” para o ajuste fiscal, poderia alcançar cerca de 28 milhões de brasileiros se fosse aplicada já em 2025.



Devido aos juros do BC, bancos suspenderam empréstimos a aposentados



Eletrobrás privatizada piorou serviços e fez explodir tarifas, denuncia engenheiro

O engenheiro Ikaro Chaves, ex-funcionário da Eletronorte, afirmou, nesta sexta-feira (3) ao jornalista Cláudio Porto, no programa “Prática Política”, que a privatização da Eletrobrás, além da piora da qualidade dos serviços, acarretou uma elevação brutal das tarifas pagas pelo consumidor.

“A Eletrobrás tem um poder sobre o mercado de energia elétrica muito grande. Ela tem o poder de determinar o preço da energia no Brasil”, disse o especialista. “Quando da privatização houve o fenômeno da descontinuação”, destacando que isso já repercutiu nas tarifas.

MONOPÓLIO PRIVADO DEFINE PREÇOS

“Nós temos um mercado monopolista controlado por uma empresa privada. Isso é muito sério, porque diferente da distribuição onde o preço da energia ainda é regulado, no caso da geração de energia, não. O preço não é regulado. Então, você vai pagar o preço do mercado. Esse é o atual modelo. A privatização da Eletrobrás vai trazer

problemas estruturantes para o país como um todo, aliás, já está trazendo”, denunciou.

“Não foi só privatizar. Eles privatizaram a empresa e permitiram que usinas antigas, amortizadas, ou seja, pagas pelo consumidor ao longo de décadas, fossem tidas como usinas novas. As usinas que já estavam amortizadas e que vendiam uma energia barata, cujos preços eram menores do que R\$ 100 o MW/h, passaram a vender no mercado livre como se fosse energia nova”, denunciou Ikaro.

CONSUMIDORES DESPROTEGIDOS

“Essa energia, que era a mais barata que havia no portfólio do mercado cativo – porque você compra energia de muitas fontes – e a mais barata era da Eletrobrás. Agora essa energia ficou mais cara. Ela saiu do portfólio da distribuidora e vai para o mercado livre. Resultado, a distribuidora está tendo que comprar a preço mais caro”, acrescentou o engenheiro, lembrando que isso acabou afetando os consumidores.

“Por exemplo, tivemos

no fim do ano passado um leilão de energia e as concessionárias tiveram que comprar energia cara para substituir a energia barata que a Eletrobrás tirou delas por causa da privatização. Então, isso já começa a impactar na conta de luz. E mais, quando temos situações de escassez energética, como nós vimos no ano passado, aí, uma empresa como a Eletrobrás tem o poder enorme de ditar o preço. Colocar o preço que ela quiser”, apontou Ikaro.

Sobre as causas dos apagões frequentes em São Paulo, ele disse que “o que existe é uma deterioração da rede”. “O sistema elétrico funciona em rede. Você tem milhares de consumidores conectados num sistema e esse sistema precisa de manutenção. A área de concessão da Enel, que é a região metropolitana de São Paulo, é maior que a maioria dos estados brasileiros. É bem maior do que Goiás e Mato Grosso, por exemplo. O sistema fica cada vez mais vulnerável. Ele diminui sua resiliência às falhas”, observou.

Leia a íntegra em horadopovo.com.br



Israel oculta rostos de soldados para evitar ações por genocídio



Corbyn (centro) em protesto junto com ingleses
"Reino Unido deve parar de apoiar o genocídio em Gaza", exige Corbyn

Em carta ao Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido, o ex-líder do Partido Trabalhista, hoje deputado independente, Jeremy Corbyn, pediu esclarecimentos sobre o envolvimento do governo inglês no genocídio israelense contra os palestinos em Gaza, solicitando particularmente que as autoridades informem se a base da Força Aérea Real (em inglês: Royal Air Force; RAF) em Akrotiri, no Chipre, está sendo usada como rota para embarques de armas para o regime de ocupação israelense.

Expressando o aumento da rejeição da sociedade ao genocídio contra o povo palestino, o deputado também exigiu uma explicação sobre a possibilidade do Reino Unido interromper a exportação de componentes para caças F-35 destinados a Israel.

"Continuei surpreendido com a admissão do seu governo de que está abrindo uma exceção às obrigações legais do Reino Unido", escreveu na carta, acrescentando que "o Secretário dos Negócios Estrangeiros aceitou o fato de que as aeronaves F-35 estão sendo utilizadas em violação das normas internacionais do direito humanitário. Ao reconhecer o licenciamento contínuo de peças para aeronaves F-35, seu governo está admitindo sua cumplicidade em crimes de guerra."

Corbyn compartilhou, no início desta semana um vídeo de seu discurso no Parlamento do Reino Unido, no qual criticou a entrega de armas ocidentais ao governo israelense.

ISRAEL DESTRÓI VIDAS

"A capacidade de Israel de destruir a vida em Gaza, matar mais de 46.000 pessoas e destruir instalações médicas só é possível graças ao fornecimento de armas, principalmente dos Estados Unidos. E se somar a isso torna o governo em cúmplice do genocídio", insistiu ele.

No mês passado, um relatório do Comitê Britânico da Palestina (BCP) disse que o envolvimento de Londres no ataque de Israel a Gaza é muito mais significativo do que a maioria dos relatórios admitiu. "Temos uma embaixadora israelense que é uma defensora do 'Grande Israel', que se recusa a reconhecer o Estado Palestino, desafia todas as resoluções das Nações Unidas (ONU) que foram aprovadas sobre como podemos garantir essa paz, e ela ainda permanece neste país. Por que não expulsamos a embaixadora israelense?", questionou o deputado independente John McDonnell em seu discurso na Câmara dos Comuns.

Nessa linha, o povo britânico está apoiando uma petição proposta pela Plataforma Mundial para a Mudança (The World's Platform for Change) exigindo a expulsão da embaixadora do governo de Benjamin Netanyahu do país por seu apoio ao genocídio na Faixa de Gaza, que conseguiu coletar mais de 80.000 assinaturas em apenas um dia.

"Enquanto a limpeza étnica continua em Gaza e na Cisjordânia, a embaixadora israelense fala abertamente em genocídio e apoia a prática de um ato genocida", denuncia o documento.

Segundo a lei britânica, se o número de signatários e apoiadores de uma petição exceder 100.000, a petição deve ser atendida no Parlamento deste país.

Leia matéria na íntegra em www.horadopovo.com.br

Milei fecha a Administração de Portos e entrega controle da navegação argentina a EUA

A partir de agora as províncias não poderão mais intervir nos seus próprios territórios sem a autorização do exército norte-americano, o que representa uma grave violação à soberania nacional, denuncia a Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE).

Com a dissolução da Administração Geral de Portos (AGP) da Argentina, na última segunda-feira (6), os Estados Unidos assumiram o controle quase absoluto da rota de navegação do país e as províncias não poderão mais intervir nos seus próprios territórios sem a autorização do exército norte-americano, o que representa uma grave violação à soberania nacional, denunciou a Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE).

O alerta foi dado pelo capitão fluvial Oscar Verón, secretário-geral da ATE em Hidrovias Navegáveis e líder da Central de Trabalhadores Autônoma (CTA-A), assinalando que o Corpo de Engenheiros do Exército Norte-Americano já está instalado na região para assumir o controle da rota de navegação tronco. Referência da Frente pela Soberania Nacional, Verón recorda que por esta rota estratégica transitam 80% das importações e exportações argentinas, e também 80% da cocaína que chega à Europa, segundo

estudo da Universidade de Utrecht.

Criada pela gestão de Alberto Fernández, a AGP cobrava pedágios na entrada ou saída dos navios, e era responsável pela dragagem, balizamento e controle das embarcações. A luta popular, frisou Verón, fez com que sua criação o Estado nacional passasse a arrecadar US\$ 300 milhões por ano em portagens pelas embarcações estrangeiras. O desmantelamento da AGP, ressaltou o dirigente, demonstra como "incomoda ao poder econômico quando o Estado nacional tem dinheiro para realizar obras e promover o desenvolvimento soberano".

Na avaliação de Verón também "se cometeu-se o erro de adaptar o rio aos barcos e não os barcos aos rios". "Mais de 19 portos foram instalados na costa de Rosarina pertencentes a multinacionais chinesas, francesas, norte-americanas, Bunker y Born, Vicentín, entre outras, para poder continuar a ganhar dinheiro, dragando o para que navios de maior calado possam retirar a maior quantidade de carga possível, constituindo também uma evasão superior a 30% do declarado". Sem o controle estatal, enfatizou, a estrada nacional também se transforma numa passagem escancarada ao comércio ilegal e ao tráfico de drogas.



Soldado israelense se faz retratar exibindo tortura de preso palestino

"Muito séria e vergonhosa", papa Francisco condena a crise humanitária em Gaza

O papa Francisco condenou o genocídio que Israel está cometendo em Gaza. Ele qualificou a crise humanitária provocada por Israel com o apoio dos Estados Unidos como "muito séria e vergonhosa".

O Papa, em seu discurso anual para os diplomatas, falou sobre as mortes pelo frio em Gaza que com os bombardeios contra sua infraestrutura está quase sem nenhuma eletricidade, a maioria dos hospitais estão destruídos e os bloqueios de Israel contra o envio de ajuda humanitária como cobertores, agasalhos, comida e medicamentos torna muito escassos os recursos tão necessários para a sobrevivência da população civil.

"Não podemos aceitar, de forma alguma, o bombardeio de civis ou o ataque a infraestruturas essenciais para a sobrevivência. Não podemos aceitar que crianças morram de frio porque hospitais foram destruídos ou redes de energia de um país foram atingidas", disse o Francisco no comunicado.



Papa fala do massacre a diplomatas de 184 países

"Renovo meu apelo por um cessar-fogo e pela libertação dos reféns israelenses em Gaza, onde há uma situação humanitária muito grave e vergonhosa, e peço que a população palestina receba toda a ajuda que necessita."

O discurso, lido por um assessor, nesta quinta-feira, 9, porque o papa estava com um resfriado, foi feito para representantes de 184 países credenciados pelo Vaticano. Esse discurso anual é chamado de discurso do "Estado do Mundo".

"Meu desejo para o ano de 2025 é que toda a comunidade internacional trabalhe acima de tudo para acabar com o conflito que, há quase três anos, causa tanto derramamento de

sangue", disse.

Em dezembro do ano passado, o papa já tinha criticado os bombardeios em Gaza. "Ontem, crianças foram bombardeadas. Isso não é guerra. Isso é crueldade. Quero dizer isso porque toca meu coração," disse.

A carnificina de Israel contra Gaza já matou no mínimo 46.000 pessoas, mais de 109.378 estão feridos, de acordo com a rede de notícias Al Jazeera. Levantamento recente da revista médica The Lancet situa o número de mortos em 65 mil. Gaza é uma das maiores prisões a céu aberto do mundo, por causa dos incessantes ataques do exército israelense é também o lugar com mais mutilações de crianças

Deputados exigem liberação da concentração diante da BBC pelo cessar-fogo em Gaza

Polícia londrina proibiu manifestação com concentração prevista diante da sede da BBC. O ato, agora vetado, deveria ser encabeçado pela Campanha de Solidariedade à Palestina e é para "protestar contra o viés pró-Israel" da emissora e para apoiar a urgência do cessar-fogo em Gaza, entrada do socorro humanitário, interrupção do genocídio e retirada israelense

Deputados britânicos, sindicatos, a Campanha de Solidariedade à Palestina e centenas de judeus britânicos, incluindo juristas e lideranças culturais, além de sobreviventes do Holocausto, exigiram que a Polícia Metropolitana de Londres reverta a proibição de uma manifestação pelo cessar-fogo em Gaza, marcada para se iniciar diante da sede da BBC, e que irá marchar até a Whitehall, sede do governo.

Na sexta-feira, parlamentares de vários partidos, juntamente com figuras culturais e ativistas, assinaram uma declaração pedindo à polícia que permitisse que a marcha prosseguisse. Eles incluíram a co-líder do Partido Verde Carla Denyer, o ex-líder trabalhista Jeremy Corbyn e Steve North, presidente do maior sindicato da Grã-Bretanha, Unison.

A marcha é ainda mais imprescindível, quando mediadores como o Qatar e o Egito acreditam que possa vir a ser assinado um acordo de cessar-fogo e de troca de presos.

O início do protesto do



Manifestantes erguem bandeira palestina em Londres

lado de fora da sede da BBC é para "protestar contra o viés pró-Israel de sua cobertura" - isto é, pró-genocídio e pró-apartheid.

A rota original havia sido anunciada publicamente em novembro pela Campanha de Solidariedade à Palestina e sido previamente acertada com a autoridade policial. A partir da repercussão do desmascaramento da parcialidade da BBC contra as vítimas palestinas, grupos pró-apartheid israelense e um rabino passaram a pressionar pela mudança de percurso, sob o pretexto de que passaria perto de duas sinagogas.

Mais de 700 judeus britânicos discordaram dessas alegações, assinando uma carta aberta em que pedem à polícia que permita que a marcha ocorra ao longo da rota originalmente acordada. Entre os signatários, a atriz Miriam Margolyes, o comediante Alexei Sayle e o cantor e compositor

Leon Rosselson. Também os advogados seniores Sir Geoffrey Bindman KC e Sir Stephen Sedley KC, assim como muitos sobreviventes do Holocausto.

A carta condena "uma tentativa orquestrada de retratar as marchas como uma ameaça para aqueles que frequentam as sinagogas", acrescentando: "Como judeus, estamos chocados com essa tentativa descarada de interferir nas liberdades políticas duramente conquistadas, evocando uma ameaça imaginária à liberdade de culto judaica".

A carta observa ainda: "Não há casos comprovados de sinagogas ou féis que tenham sido alvos de alguma forma pelos participantes de marchas". "Os participantes judeus, especialmente no Bloco Judaico que chega a centenas e milhares, não se sentiram ameaçados, mas sim calorosamente recebidos por outros manifestantes", acrescenta.

Governo de Netanyahu proíbe a divulgação, em Israel, de rostos de soldados que participam dos crimes contra a Humanidade em Gaza após Justiça brasileira pedir à Polícia Federal a investigação do criminoso Yuval Vagdani

Israel proibiu a divulgação, pela imprensa israelense, de rostos de soldados que participam dos crimes contra a Humanidade em Gaza depois da medida da Justiça brasileira pedindo à Polícia Federal a investigação do criminoso Yuval Vagdani, então veraneando na Bahia. Vagdani, agora em Israel, está foragido da nossa Justiça.

O exército israelense decidiu esconder as identidades de todos os seus combatentes e oficiais envolvidos no genocídio em Gaza, com a mídia ficando proibida de exibir nome completo ou rostos de soldados com patente de coronel ou inferior, decisão que, segundo o jornal The Times of Israel, se deve ao temor por processos no exterior por envolvimento em crimes de guerra.

Também orientou seus soldados a pararem de divulgar suas ações criminosas, das quais se vangloriavam nas redes sociais.

A diretoria se tornou inadiável após a fuga do Brasil, sob cobertura da embaixada israelense, do soldado Yuval Vagdani, que se encontrava de férias aqui, e contra o qual a justiça brasileira expediu decisão de investigá-lo por crime de guerra em Gaza, a pedido da Fundação Hind Rajab (HRF, na sigla em inglês) e da Federação Árabe Palestina do Brasil (Fepal), que exigiram sua prisão por crimes de guerra em Gaza.

No pedido à justiça brasileira, as duas entidades usaram filmagens, dados de geolocalização e fotografias do suspeito, Vagdani, plantando explosivos para destruição de bairros inteiros em Gaza.

"Esses materiais provam, sem sombra de dúvida, o envolvimento direto do suspeito nesses atos hediondos. Esses atos são parte de um esforço mais amplo para impor condições de vida insuportáveis a civis palestinos, constituindo genocídio e crimes contra a humanidade sob o direito internacional", argumentou a organização.

O pedido de prisão imediata foi fundamentado no risco de fuga e na potencial destruição de evidências. Pelo Estatuto de Roma, os países signatários são obrigados a agir em casos de crimes contra a humanidade, crimes de guerra e genocídio.

De acordo com o portal libanês Al Mayadeen, já há soldados israelenses processados no Brasil, Chile, Tailândia, Bélgica, Holanda, Sérvia, Irlanda, Chipre, França, África do Sul e Sri Lanka.

OCULTAÇÃO

As "restrições" aos nomes e fotos - isto é, sua ocultação -, de acordo com a mídia israelense, serão aplicadas a todos os membros do exército israelense, especialmente àqueles que possuem cidadania estrangeira, considerados mais vulneráveis a processos judiciais ao viajarem para outros países.

Ainda mais após a decisão do Tribunal Penal Internacional no ano passado, de decretar mandado de prisão para o primeiro-ministro Netanyahu e seu então ministro da 'Defesa', Ioav Gallant.

A ocultação de identidade e dos rostos dos genocidas foi travestida de orientação para entrevistas, segundo a qual os militares entrevistados têm de previamente serem "orientados" pelo Departamento de Direito Internacional do Gabinete do Advogado Geral Militar, sendo que o material gravado terá de passar pela censura prévia do exército

israelense.

Como se sabe, na imensa maioria dos casos a identificação dos genocidas se dá, não por entrevistas, mas pela autoincriminação perpetrada pelos criminosos de guerra, ao se gabarem nas redes sociais.

Em suma, o exército de ocupação está ordenando aos seus soldados que escondam suas identidades para evitar processos no exterior em meio ao crescente rastreamento das ações genocidas em Gaza, realizado pela Fundação Hind Rajab, cujo nome homenageia a menina palestina de seis anos que teve sua família morta por atiradores de elite israelenses dentro do carro em que viajavam e também acabou assassinada, após a ocupação ter impedido a tiros que o Crescente Vermelho a salvasse.

Em função desses processos e do fim da impunidade, soldados israelenses de férias no exterior estão retornando às pressas enquanto outros, que tinham planos de viajar, optaram pelo adiamento, temendo ser presos ou interrogados.

Na quinta-feira (9), a Fundação Hind Rajab anunciou que apresentou uma queixa na Suécia contra um soldado da IOF por crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio em Gaza. De acordo com a fundação, o soldado, um combatente da Brigada Nahal, está atualmente na Suécia. O grupo escreveu: "Ele pode deixar o país em breve, exigimos sua prisão imediata".

A fundação incluiu evidências com a denúncia, incluindo uma fotografia do soldado usando seu rifle de precisão em Gaza em 1º de março, de acordo com o relatório. Testemunhas oculares e jornalistas relataram que civis foram mortos com essas armas, enfatizando que a unidade em que ele serviu participou do vandalismo de casas palestinas e ataques a hospitais, como o Hospital Shifa em Gaza.

Esta semana, pelo menos 620 advogados no Chile pediram a prisão de um soldado israelense dispensado do Batalhão 749 por seu papel em crimes contra a humanidade e genocídio durante a guerra em Gaza, informou a mídia local em 7 de janeiro.

Saar Hirshoren estava na época viajando pelo país sul-americano e, de acordo com a denúncia, estava envolvido na destruição deliberada de "bairros residenciais, locais culturais e instalações essenciais em Gaza, cometendo atos desumanos, cruéis e degradantes, causando limpeza étnica e deslocamento forçado da população".

O processo foi apoiado pelo testemunho de uma senhora palestina residente no Chile, cujos familiares foram vítimas da agressão israelense em Gaza.

GENERAL NA MIRA

A Fundação Hind Rajab também enviou solicitação de prisão para o general Ghassan Alian, que se encontra na Itália.

O pedido por processo foi enviado ao Tribunal Penal Internacional e às autoridades italianas. O general é acusado de participar de operações militares que impuseram bloqueio de socorro humanitário aos palestinos atingidos pelo genocídio planejado pelo governo Netanyahu.

Na petição enviada ao TPI, a Fundação específica que o general Alian "foi um dos que operacionalizou a política de impor a fome sobre a população de Gaza".

México diz a Trump: 'EUA deveria se chamar América Mexicana'



Presidente Claudia Sheinbaum mostra mapa do Século XVII quando o atual sul dos Estados Unidos era denominado América Mexicana (Alfredo Estrella-AFP)

Trump acha que é Napoleão e quer invadir Panamá, Groenlândia e Canadá

Até o jornalismo da Rede Globo, sempre muito impressionado com um alardeado poderio militar americano, foi obrigado a reconhecer, como fez na última na quarta-feira (8), que as bravatas de Donald Trump, de que pretende invadir o Panamá, anexar o Canadá, adquirir a Groenlândia e se apoderar do Golfo do México lembram "falas napoleônicas". Não há como não fazer essa comparação diante do tamanho ridículo dessas "metas" de Trump.

Na verdade há uma diferença importante entre as pretensões dessas duas figuras. O imperador Napoleão Bonaparte ameaçava com invasões e conquistas territoriais – e as fazia – antes de sofrer as derrotas para a Rússia e a Inglaterra. Depois ele calou a boca. Parece que, para Donald Trump, a ficha ainda não caiu. Ou ele desconhece que seu "império" já não é mais aquele? Derrotas homéricas como a da Coreia, depois a do Vietnã, o Iraque e, mais recentemente, o vexame no Afeganistão deveriam fazê-lo pensar duas vezes antes de anunciar suas bravatas.

Com a tremenda crise vivida pelos EUA, essa baboseira de que ele vai voltar a ser o "valentão do bairro do peixoto" pelo mundo agora não cola em lugar nenhum. O próprio Trump sabe disso. Ele está ciente de que os EUA não estão com essa bola toda. Seu próprio slogan (MAGA) denuncia isso.

O seu lema "MAGA" (Make America Great Again) significa em português "Faça a América Grande Novamente". Só isso já revela que a coisa não está boa para os americanos. Ou seja, não é mais a "grande América". E não é só isso, no debate com Kamala Harris, na campanha, ele já admitia que a situação do país está uma droga. "Os chineses estão nos deixando para trás. Vocês democratas destruíram os EUA", denunciava ele, na ocasião.



Donald Trump (Foto: reprodução)

Não é por acaso que a pequenina Groenlândia já mandou o bufão se catar. "A Groenlândia é nossa. Não estamos à venda e nunca estaremos. Não podemos perder nossa longa luta pela liberdade", disse o primeiro-ministro da ilha, Mute Egede. Ele acrescentou que considera realizar um referendo de independência da Dinamarca. Há duas semanas, Mute Egede disse que "não devemos perder nossa longa luta pela liberdade". Em seu primeiro discurso de 2025, ele afirmou que "o próximo passo para a Groenlândia é a independência e pediu para que os cidadãos considerem a ideia.

A presidente do México, Claudia Sheinbaum, também rebateu as provocações de Trump. Ela sugeriu mudar o nome de uma região dos Estados Unidos, em resposta ao plano de Trump, de mudar o nome do Golfo do México. "Por que não chamamos isso de 'América Mexicana'? Parece bom, certo?", questionou Sheinbaum sobre o sudoeste os Estados Unidos enquanto apontava para os territórios em um mapa. Além disso, acrescentou que o nome "Golfo

do México" é reconhecido internacionalmente.

Já as autoridades do Panamá declararam que a soberania do seu canal interoceanico "não é negociável". "O presidente [do Panamá] José Raúl Mulino disse: a soberania de nosso canal não é negociável e é parte de nossa história de luta e uma conquista irreversível". O governo panamenho acrescentou que "as únicas mãos que controlam o canal são panamenhas e continuará sendo assim".

Até líderes europeus, que andam meio genuflexos nos últimos tempos, esbravejaram contra Trump. O porta-voz do governo francês denunciou "uma forma de imperialismo" após a fala de Trump sobre a Groenlândia, enquanto seu homólogo alemão ressaltou que "as fronteiras não podem ser deslocadas pela força". "Em minhas conversas com nossos parceiros europeus, houve uma notável incompreensão no que diz respeito às atuais declarações dos Estados Unidos sobre o princípio da inviolabilidade das fronteiras", declarou o social-democrata Olaf Scholz, sem mencionar diretamente Trump.

Chefe da Comissão Europeia é acusada de corrupção na compra de vacinas da Pfizer

O tribunal da cidade de Liege, na Bélgica, terá uma sessão para decidir se Ursula von der Leyen, atual Presidente da Comissão Europeia (CE), tem imunidade frente às acusações de corrupção na compra de 1,8 bilhão de vacinas para covid-19, no valor de mais de 35 bilhões de euros (cerca de R\$226 bilhões de reais).

O autor das acusações, Frederic Baldan, argumentou que von der Leyen não tem o direito a imunidade, já que ela está "muito além de sua autoridade".

"A audiência do tribunal em um endereço do escritório do procurador da UE, que deveria investigar atos de corrupção nas instituições europeias, mas que está de fato agindo para defender von der Leyen agora. A Procuradoria Europeia enviou um discurso ao tribunal, afirmando que von der Leyen tem imunidade contra processos judiciais por acusações de corrupção na compra de vacinas COVID-19 que não passaram nos ensaios clínicos".

A primeira audiência sobre a queixa ocorreu em 17 de maio de 2024, quando o tribunal de Liège confirmou que o chamado caso Pfizegate está de acordo



Ursula von der Leyen

(foto Ronad-Witte/EPA)

com sua jurisdição e não deve ser entregue ao Ministério Público Europeu (EPPO, na sigla em inglês), criado por iniciativa da própria von der Leyen, devido a um evidente conflito de interesses.

Ursula von der Leyen é acusada de fazer um contrato por procuração de vacinas não testadas e de fechar um acordo direto com o CEO da Pfizer, Albert Bourla, por baixo dos panos sem fazer nenhum acordo prévio com países membros da União Europeia (UE).

O marido de von der Leyen, Heiko von der Leyen, é diretor médico da empresa Orgenes, que também é colaboradora da Pfizer. Segundo a revelação na mídia americana, von der Leyen estaria atuando através de mensagens de SMS com o CEO da Pfizer em conjunto com seu marido para comprar essas vacinas não testadas.

Quando foi descoberto o esquema, von der Leyen disse que todas as mensagens sobre a conversa foram "acidentalmente apagadas".



Mujica venceu a opressão dos que o mantiveram quase 15 anos preso, 11 deles em uma solitária (Reprodução)

"O guerreiro tem direito ao seu descanso", afirma Mujica

"Meu ciclo acabou. Sinceramente, estou morrendo. E o guerreiro tem direito ao seu descanso", afirmou o ex-presidente do Uruguai, José Pepe Mujica, de 89 anos, ao anunciar na quarta-feira (8) que, após dezenas de sessões de radioterapia, o câncer do esôfago se espalhou para o fígado, estando sem condições de combater a metástase por estar idoso e ter duas doenças crônicas.

Líder do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, organização guerrilheira que enfrentou a ditadura militar, Mujica levou seis tiros que lhe levaram meio pulmão, ficou quase 15 anos preso, 11 deles em uma solitária – onde precisou beber a própria urina para não morrer de sede – foi deputado, senador, ministro e presidente (2010 a 2015), transformando-se gradualmente em referencial da luta pela democracia, justiça social e pelos direitos humanos com reconhecimento internacional.

O velho combatente anunciou em abril do ano passado ter sido diagnosticado com um tumor, que havia passado por inúmeras intervenções médicas, mas que decidiu não se submeter a mais procedimentos. "Não posso fazer nem um tratamento bioquímico nem uma cirurgia porque meu corpo não aguenta", explicou.

"O que eu peço é que me deixem em paz. Que não me peçam mais entrevistas ou qualquer outra coisa", acrescentou Mujica, frisando ter encerrado o seu tempo.

Um período exemplar de mais de meio século de lutas e conquistas, onde o velho combatente cativou a todos dando vida às palavras do cubano José Martí: "A melhor maneira de dizer é fazer!".

Sempre clamou pela reflexão com seus discursos anticonsumistas, praticando o que predicava e abrindo futuro às novas gerações, como fez quando garantiu que as centenas de milhares de estudantes das escolas públicas tivessem o seu próprio computador.

Entre as principais parcerias registrava a da Venezuela de Hugo Chávez, líder a quem considerava "o governante mais generoso que conheci, com vários gestos enormemente solidários com os uruguaios".

Nas frases de Mujica, consistência e coerência: "A economia globalizada não tem outra força motriz senão o interesse privado de muito poucos"; "Prometemos uma vida de esbanjamento e desperdício, que em última análise constitui uma contagem regressiva contra a natureza e contra a humanidade como o futuro"; "Se nós, nesta humanidade, aspiramos a consumir como um americano médio, três planetas são essenciais para podermos viver"; "Nosso mundo precisa de menos organismos globais servindo cadeias hoteleiras e de mais humanidade e ciência".

De forma humilde, o eterno combatente tupamaro mora numa pequena chácara nos arredores de Montevidéu, em uma casa modesta que necessitou transformar o galinheiro para hospedar a guarda presidencial. A frente do governo doou 90% do seu salário ao Juntos, plano de moradia estatal, e tem como único bem em seu nome uma Fusca azul de 1987.

Chegava no Parlamento pilotando seu Fusca ou a moto Vespa com terras nas unhas, vestindo botas de plástico sujas após cultivar flores e hortaliças. Por quê? "Os políticos têm que viver como vive a maioria e não como vive a minoria". Afinal, "A política é a luta pela felicidade de todos".

A coerência entre discurso e prática faz com que suas mensagens de amor e solidariedade calem profundamente: "A política não é um passatempo, não é uma profissão para se viver dela, é uma paixão com o sonho de tentar construir um futuro social melhor. Quem gosta de dinheiro, longe da política"; "Pobre não é quem tem pouco. É quem quer muito. Não vivo com pobreza, vivo com austeridade, com renúncia. Preciso de pouco para viver"; "Ser livre é passar a maior parte do tempo de nossas vidas naquilo que gostamos de fazer"; "Os únicos derrotados são aqueles que desistem dos abraços. A derrota é um estado psicológico da vida"; "Há coisas que ganham valor quando se perdem".

Recentemente deu uma entrevista ao jornal uruguaio Búsqueda, em que informou ter adquirido um trator, no qual anda "um pouquinho" todos os dias, e que pretende dedicar o pouco tempo que ainda lhe resta trabalhando como "chacareiro". Há pouco foi homenageado pelo presidente Lula com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Em março planeja dar mais um passo na consolidação do projeto de esquerda uruguaia e continental ao empossar a Yamandú Orsi, da Frente Ampla, como novo presidente.

O combatente agradece à vida por ter lhe dado tanto, o carinho e a atenção da esposa, a ex-vice-presidente do país, Lucía Topolansky, e reafirmou seu desejo de que seu corpo fique na chácara, ao lado de sua cadela, Manuela. "Vou morrer aqui. Tem uma sequoia grande lá fora. Manuela está enterrada lá. Estou preenchendo a papelada para que eles possam me enterrar lá também. E é isso".

"Não vivemos de nostalgia, nem de memórias, mas de futuro", defende Mujica, reiterando a relevância de que as novas gerações valorizem a vida, priorizando o que realmente conta, pois cedo ou tarde a morte nos encontrará a todos. "O homenzinho comum às vezes sonha com férias e liberdade. Ele sempre sonha em terminar as contas, até que um dia seu coração para... E adeus".

Na mesma fala em que disse pretender invadir Canadá, Groenlândia e Panamá, Trump provocou ao dizer que Golfo do México deveria se chamar 'Golfo da América'

A presidente do México, Claudia Sheinbaum, disse ironicamente que os Estados Unidos deveriam ser chamados de "América Mexicana", em resposta à bravata de Trump que disse querer mudar o nome do Golfo do México para "Golfo da América".

"Obviamente o Golfo do México é reconhecido com esse nome pelas Nações Unidas. Por que não os chamamos de América Mexicana [aos Estados Unidos]? Parece bom, não é?", disse a presidente em entrevista coletiva enquanto apontava para um mapa colonial da região, datado de 1607, onde se lia o nome "América Mexicana" estampado em parte do que atualmente é a região sul dos EUA. Antes da Guerra Mexicano-Americana, de 1846 a 1848, os territórios que são hoje os Estados da Califórnia, Texas e Arizona pertenciam ao México.

Na terça-feira (7), Trump tinha dito que gostaria de renomear o Golfo do México quando assumir a presidência em 20 de janeiro. "Vamos mudar o nome do Golfo do México para Golfo da América, que tem um som agradável. É apropriado. E o México tem

que parar de deixar milhões de pessoas entrarem em nosso país", provocou ele, acrescentando que o país vizinho é governado por cartéis de drogas.

"POVO NO COMANDO"

Em resposta a essa última afirmação desrespeitosa, Sheinbaum retrucou dizendo que "no México o povo está no comando".

"Estamos lidando com o problema de segurança", acrescentou a presidente.

Sobre a promessa de Trump, em novembro passado, de impor tarifas de 25% às importações mexicanas, Sheinbaum avisou que, se a nova administração dos EUA impusesse tarifas ao México, a sua administração responderia com medidas semelhantes. E avaliou que qualquer tipo de imposto é "inaceitável e causaria inflação e perda de empregos nos EUA e no México".

Tump disse também, ainda antes de tomar posse, que pretende ocupar Canadá, Groenlândia e Panamá e ameaçou tornar a Faixa de Gaza em "um inferno", como se não fosse exatamente o que se torna o território palestino, densamente populado, atacado com armas fartamente fornecidas pelos Estados Unidos.

Atividade industrial cai pelo 2º mês seguido na zona do euro

De acordo com pesquisa de mercado divulgada pela Agência Reuters, a zona do euro permaneceu abaixo da linha que separa crescimento da contração econômica, com queda na atividade fabril, se contraindo pelo segundo mês consecutivo em dezembro, já que uma recuperação modesta no setor de serviços não conseguiu compensar uma desaceleração mais profunda na atividade industrial.

Mesmo atingindo a marca de 49,6 em dezembro em comparação com 48,3 em novembro – um pouco acima da estimativa preliminar de 49,5, porém ainda abaixo da marca de 50 que separa o crescimento da contração –, o Índice de Gerentes de Compras (PMI) do Banco Comercial de Hamburgo (HCOB, na sigla em inglês), compilado pela S&P Global, que é referência na economia da União Europeia, demonstrou que a atividade econômica foi impulsionada predominantemente pelo setor de serviços, não justificando uma expectativa de intensa atividade do setor em 2025.

Em dezembro, o Banco Central Europeu (BCE), reiterou que a inflação de serviços ainda está muito alta, mas, visando uma maior flexibilização da taxa básica, cortou as taxas de juros pela quarta vez em dezembro, ante a instabilidade política no bloco e a ameaça de guerra comercial dos EUA.

A revisão deve-se ao eventual aumento da disputa comercial, caso os exportadores enfrentem tarifas mais elevadas dos Estados Unidos. O presidente eleito Donald Trump ameaçou impor tarifas de 10% sobre produtos europeus importados pelos EUA, para, segundo ele, proteger os fabricantes norte-americanos e os empregos na sua indústria.

Contudo, o economista-chefe do HCOB, Cyrus de la Rubia, afirmou à mídia que "os provedores de serviços podem se considerar sortudos por, diferentemente dos fabricantes, não serem afetados diretamente pela ameaça de tarifas dos EUA".

Tal como aconteceu em

novembro, as três grandes economias da zona do euro (Alemanha, França e Itália) registraram reduções na atividade comercial no último mês de 2024. A França foi o país com pior resultado, seguida da Alemanha, enquanto a Itália registrou apenas um declínio "marginal" na atividade total. Pelo contrário, Espanha e Irlanda opuseram-se à tendência de contração.

As empresas da zona euro também receberam "pouco apoio" dos seus clientes nos mercados de exportação, uma vez que a procura de clientes não domésticos diminuiu, prolongando a atual sequência de declínio que dura há quase três anos.

QUEDA DO EMPREGO

Consequentemente, o emprego na região caiu em dezembro à medida que as empresas reduziram a sua capacidade de trabalho. Na verdade, o HCOB destaca que o ritmo de destruição de empregos foi conjuntamente o mais acentuado em quatro anos. Esta destruição de empregos foi mais uma vez impulsionada "exclusivamente" pelo setor industrial, uma vez que o aumento "fracionário e mais lento" da força de trabalho nas empresas de serviços não conseguiu compensar a redução de pessoal no setor industrial.

No que diz respeito à inflação, as pressões sobre os preços na zona euro aceleraram em dezembro. Os custos de insumos aumentaram no ritmo mais rápido desde julho de 2024 e de forma mais acentuada do que a média da pesquisa pré-pandemia. As fábricas da zona euro não registraram alterações nos gastos, enquanto as empresas de serviços registraram uma maior recuperação.

"A inflação de preços dos dois setores estudados em conjunto também acelerou e atingiu seu máximo em quatro meses. No entanto, os dados compostos ocultaram os descontos oferecidos pelos produtores, uma vez que preços mais agressivos no setor de serviços impulsionaram a inflação dos preços de venda em geral", acrescentou o HCOB.

“Ainda estou aqui” e Fernanda Torres: Melhor Atriz no Globo de Ouro e consagração com mais de 3 milhões de espectadores no país

Atriz de “Ainda Estou Aqui”, de Walter Salles, se tornou a primeira brasileira a vencer o prêmio. Com mais de 3 milhões de espectadores, filme se destaca no ranking das produções nacionais mais assistidas

Atriz Fernanda Torres recebeu no último dia 6, em Los Angeles, nos Estados Unidos, o prêmio Globo de Ouro de melhor atriz na categoria Drama.

A premiação, entregue pela primeira vez a uma brasileira, é mais um reconhecimento à trajetória da atriz e ao trabalho de Fernanda no filme “Ainda Estou Aqui”, de Walter Salles. Na produção, ela interpreta a advogada Eunice Paiva, viúva de Rubens Paiva, deputado federal assassinado pela ditadura militar em 1971.

Fernanda concorria com grandes estrelas de Hollywood como Nicole Kidman, Angelina Jolie, Tilda Swinton, Pamela Anderson e Kate Winslet.

Em seu discurso, ela agradeceu ao diretor Walter Salles, ao marido Andrucha Waddington e aos filhos, e dedicou o prêmio à mãe, Fernanda Montenegro. Surpresa, começou dizendo: “Meu Deus, eu não preparei nada, não sabia se estava pronta. Este foi um ano extraordinário para as atrizes. Há tantas aqui que eu admiro profundamente.”

“Isso é uma prova que a arte dura na vida, até durante momentos difíceis pelos quais a Eunice Paiva passou e com tanto problema hoje em dia no mundo. Esse é um filme que nos ajudou a pensar em como sobreviver em tempos como esses. Então, para a minha mãe, para a minha família, para os meus filhos e para todos, muito obrigada ao Globo de Ouro”, disse Fernanda, ainda durante o discurso de agra-



decimento.

Fernanda lembrou a indicação da mãe, Fernanda Montenegro, há 25 anos, que disputou a mesma categoria pela atuação em “Central do Brasil”. Ela não venceu, mas o filme ganhou o Globo de Ouro na categoria melhor filme estrangeiro.

“Vocês não imaginam o quanto isso significa para mim. Por isso, dedico este momento à minha mãe, à minha família, ao Andrucha, ao Selton [Mello], aos meus filhos e a todos. Muito obrigada ao Globo de Ouro, a Michael Barker [diretor da Sony Pictures Classics], Mara e tantas outras pessoas. Muito obrigada!”

A revista Variety havia destacado que a brasileira era uma das favoritas ao prêmio.

A publicação destaca que Fernanda Torres “é a única atriz entre os indicados cujo filme também foi reconhecido em outra categoria, concorrendo a Melhor Filme em Língua Não Inglesa”. No entanto, “apesar do forte apoio que Fernanda Torres recebe dos eleitores, Nicole Kidman (“Babygirl”) e Angelina Jolie (“Maria Callas”) continuam sendo concorrentes de peso na disputa”.

Filme ultrapassa 3 milhões de espectadores no país

Até o último fim de semana, “Ainda Estou Aqui” atingiu a marca de mais de 3 milhões de espectadores e se destaca no ranking das produções nacionais mais assistidas.

O filme já havia se tornado a segunda maior bilheteira entre as produções nacionais nos cinemas brasileiros pós-pandemia, quando atingiu a marca de dois milhões de espectadores.

Ganhador do Globo de Ouro, para a atriz Fernanda Torres, e agora recém-premiado no Festival de Palm Springs como melhor longa internacional, só entre a última quinta-feira (9) e domingo (12), cerca de 172,8 mil pessoas assistiram ao filme. Um aumento de 269% em relação ao fim de semana anterior, quando foi visto por quase 46 mil espectadores.

O filme de Walter Salles já havia alcançado a marca de dois milhões de espectadores em menos de um mês desde sua estreia, que aconteceu em 7 de novembro.

No acumulado, o longa tem público de 3,3 milhões de espectadores e está entre os 20 filmes nacionais mais vistos nos cinemas brasileiros em toda a história, superando produções como “Vai que cola”, “Chico Xavier” e “Meu passa-

do me condena”.

O diretor Walter Salles comentou os resultados: “Mais do que os números, é a volta da experiência coletiva no cinema, o fato do público se reencontrar com sua história, que merecem ser comemorados nesse momento. ‘Ainda Estou Aqui’ revive a memória de uma família ao longo de 40 anos e oferece um reflexo do país durante aquele período traumático. É um filme sobre aquilo que poderíamos ter sido, sobre aquilo que perdemos, mas também um filme sobre a vida, sobre o presente e o futuro que queremos. Obrigado a cada um dos espectadores que viu o filme nas salas. É graças ao boca a boca que ‘Ainda Estou Aqui’ está reverberando dessa forma”, disse Salles.

“Ainda Estou Aqui” é uma adaptação do livro homônimo escrito por Marcelo Rubens Paiva, conhecido pelo livro “Feliz Ano Velho”, um grande sucesso de vendas nos anos 1980. A história se passa na década de 1970, no período mais intenso da ditadura militar no Brasil, e acompanha a trajetória da família Paiva, composta por Rubens (interpretado por Selton Mello), Eunice (vivida por Fernanda Torres) e seus filhos.



Selecionado para mais de 50 festivais internacionais e nacionais, “Ainda estou aqui” conquistou, além do Prêmio de Melhor Atriz no Globo de Ouro para Fernanda Torres (foto), e da recém-premiação como melhor longa internacional no Festival de Palm Springs; prêmio de Melhor Roteiro no 81º Festival de Veneza, o Prêmio do Público e o Prêmio Danielle Le Roy, eleito pelo Júri Jovem no Festival de Pessac, na França; foi escolhido o Melhor Filme pelo público na 48ª Mostra de S. Paulo, no Festival Internacional de Cinema de Vancouver, no Canadá, e no Festival de Cinema de Mill Valley, nos Estados Unidos, e a atriz Fernanda Torres foi eleita Melhor Atriz em filme internacional pelo Critics Choice Awards

Premiação da atriz Fernanda Torres em “Ainda Estou Aqui” expõe, mais uma vez, negacionismo doentio de Bolsonaro

Jair Bolsonaro, mais conhecido como o negacionista-mor da ditadura instaurada no País por 21 anos, saiu do casulo e, por falta de assunto, para ele, é óbvio, resolveu fazer uma crítica indireta ao governo Lula após a atriz Fernanda Torres se tornar a primeira brasileira a vencer o Globo de Ouro por sua reconhecida atuação no filme de Walter Salles “Ainda Estou Aqui”.

“O investimento em infraestrutura é rechaçado pela gestão Lula e, coincidentemente, jamais cobrado por outros governantes de outrora. Enquanto isso, a Rouanet?”, legendou Bolsonaro, insinuando o uso de verba pública para financiar o filme, sendo secundado por inúmeros simpatizantes que endossaram as críticas à lei de incentivo fiscal à cultura nacional, enquanto muitos exibiam fotos da atriz ostentando o troféu, em tom de escárnio e provocação.

Bolsonaro e sua turba preferiram seguir o caminho da ignorância, que os acomete com muita frequência, ao invés de checar a verdade dos fatos.

O filme de Salles não utilizou a Lei Rouanet para captar um centavo sequer simplesmente porque essa legislação não permite o financiamento de longas, mas, sim, de obras cinematográficas de curta e média metragem, além de filmes documentais.

Esse não é o caso de “Ainda Estou Aqui”. O filme estrelado por Fernanda Torres e Selton Mello possui 2h19 de duração. O título se tornou alvo de críticas dos bolsonaristas principalmente por retratar as barbaridades da ditadura, como o sequestro e o assassinato de oponentes do regime, como aconteceu com o ex-deputado Rubens Paiva.

O filme de Salles recebeu apoio das coprodutoras Globoplay e Conspiração, com distribuição feita pela Sony Pictures, além de recursos privados levantados por empresas. A própria assessoria de imprensa do filme tam-

bém já confirmara que não houve financiamento público na produção.

E se houvesse, qual o problema? E se a Lei Rouanet permitisse, o que haveria de errado nisso?

Em outras partes do mundo, a participação dos fundos públicos, muitos dos quais formados por tributação específica, na produção de obras de audiovisual, entre as quais se destaca o cinema, é algo consolidado historicamente.

Isso ocorre mesmo nos Estados Unidos, a meca do capitalismo recorrentemente venerada por Bolsonaro, apesar do peso das grandes corporações econômicas no controle da indústria cinematográfica, desde os anos 50. Hollywood não é fruto apenas do capital privado. Na produção de películas norte-americanas, desses lixos culturais que se produzem em série por lá e, desafortunadamente, se replicam por aqui, com raras e honrosas exceções, repousam iniciativas estatais e uma cota de tela que é muito considerada pelo mercado exibidor.

A California Film Commission, por exemplo, uma das mais importantes do país, situada aos pés de Hollywood, constitui um órgão do departamento de desenvolvimento econômico do estado (Califórnia) e sua política é baseada em deduções fiscais, gerando um Fundo calculado, recentemente, em mais de US\$ 300 milhões ao ano.

Nos países europeus, a presença dos recursos públicos na indústria cinematográfica é mais agressiva ainda. A geração de receita por meio de publicidade e outras formas comerciais é permitida em alguns países, mas a dependência dessas receitas é baixa na maioria dos casos. Diferentes modelos de financiamento público são utilizados, incluindo alocações orçamentárias, taxas de licença e impostos atribuídos aos serviços de radiodifusão.

Segundo os dados mais recentes do Observatório Europeu – “Financiamento de filmes de ficção na Europa: visão



A história de Rubens Paiva e de sua família é a história de milhares de patriotas brasileiros que se insurgiram das mais diversas formas contra aquele período trágico que o Brasil atravessou, portanto, o que esperar de quem continua negando a ditadura e exaltando os ditadores e torturadores daquele período? (Foto: cena de “Ainda estou aqui” com os atores Selton Mello, Fernanda Torres, Guilherme Silveira e Cora Mora)

geral e tendências”, a parcela da participação dos incentivos à produção no financiamento total do filme aumentou significativamente, de 9,6% em 2016 a 17,8% em 2020. Esse aumento atribui-se, principalmente, ao papel dos incentivos aos mercados de médio e grande porte. Filmes de diferentes envergaduras de orçamento foram beneficiados por um maior financiamento por meio de incentivos à produção.

A crítica de Bolsonaro, entretanto, não resulta apenas de sua ignorância sobre as fontes de financiamento do filme que rendeu o Globo de Ouro a Fernanda Torres, mas, sim, de seu visível incômodo com a repercussão do longa de Salles e a bilheteria que já mobilizou mais de 3 milhões de pessoas pelo Brasil a fora, gerando uma receita muito superior, até o momento, que os custos de produção.

A história de Rubens Paiva e de sua família é a história de milhares de patriotas brasileiros que se insurgiram das mais diversas formas contra aquele período trágico que o Brasil atravessou, portanto, o que esperar de quem continua

negando a ditadura e exaltando os ditadores e torturadores daquele período?

O que esperar de alguém que usa do cinismo mais descarado para questionar o emprego de verba pública, que, no caso, sequer aconteceu, para posar de defensor do erário, enquanto, em sua gestão, à socapa, entregava carta branca para o ministro Guedes alienar o patrimônio público a preço vil (vide Eletrobrás, o exemplo mais escandaloso) e fazia vistas grossas às tratativas sórdidas de subalternos que negociavam propina na compra de vacinas contra a pandemia? Ou, ainda, para coroar esse enredo já bastante conhecido, se apropriava de joias presentes ao País para se enriquecer com sua comercialização?

No caso desse negacionista doentio, simulacro da moralidade, não se pode esperar nada além do que vimos em seu primeiro e infeliz comentário público no ano que se inicia. Está no seu DNA e, no caso dele, o velho ditado popular “pau que nasce torto, morre torto” aplica-se como uma luva. MARCO CAMPANELLA